



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública do ano de 2017, 4ª audiência pública temática sobre o tema desestatização, parcerias e gestão, referente ao Orçamento 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On Line.

Também conta com publicação no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de outubro de 2017 e, hoje, 1º de novembro de 2017; e em jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, no dia 25 e 31 de outubro de 2017; e na *Folha de S.Paulo*, no dia 26 e 31 de outubro de 2017.

O Projeto de Lei do Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública tem por objeto debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo, para o exercício de 2018, Orçamento Municipal 2018; PL 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, PPA.

No decorrer desta audiência pública informarei as demais audiências que virão pela frente.

Informo também a criação do *site*: www.camara.sp.gov.br/orcamento2018, onde os senhores poderão enviar sugestões.

O Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Caio Megale, está aqui representado.

Vamos compor a mesa com os que já se encontram presentes: o nosso Relator do Orçamento geral da Cidade, Vereador Ricardo Nunes; Presidente da SPTurismo, David Barioni Neto; Fernando Rodrigues da Silva, Superintendente do Iprem – certamente teremos muita coisa a tratar; Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti, mais uma vez, Secretária Adjunta da Fazenda; Ahmed Sameer El Khatib, Coordenador Geral do Orçamento, representando também

a Secretaria da Fazenda; Ana Beatriz Monteiro, Presidente da SP Parcerias; Radyr Llamas Papini, Chefe de Gabinete da Secretaria de Relações Internacionais; o Secretário Wilson Poit comunicou que chegará mais tarde; Major Line, do Corpo de Bombeiros; Presidente da Companhia São Paulo Desenvolvimento, Marcelo Leitão.

Na audiência pública de hoje, a temática envolve Secretaria da Fazenda, sempre, Relações Internacionais, SP Securitização, SP Parcerias, Secretaria de Governo Municipal, Iprem, SP Turismo, público geral.

Nós temos estabelecido uma dinâmica para discutir com todas as secretarias e os seus temas num conjunto só. As inscrições permitem que cada um dos inscritos trate do tema que melhor desejar neste momento.

Até mesmo porque nós não teríamos como separar. Como juntamos várias pastas, ou empresas daquela secretaria, vai se criando dificuldade de estabelecer horário então vamos tocando no conjunto da obra.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli.

Nós temos exposições. A gente reclama tanto da carência, da ausência, quando o Secretário vem não me passam o nome. Não me passaram o nome do Paulo não. É que eu preferi ir pelas fichas.

Anuncio que compõe a mesa conosco o Secretário Municipal de Gestão Paulo Antonio Spencer Uebel. Obrigado pela presença.

Primeiro nós faremos a exposição da Secretaria de Gestão, depois a exposição do Iprem, em seguida da Secretaria de Relações, SP Turis e Privatizações.

Nobre Relator, volto a consulta-lo, vamos apreciar todas?

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, bom dia.

Sim, creio que só por conta da mudança hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dinâmica que estabelecemos?

O SR. RICARDO NUNES – Eu creio que seria conveniente avisar até para os

presentes, com relação à mudança da Secretaria de Governo, que está ocorrendo neste momento, na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim eu quero justificar. O Secretário Júlio Semeghini acompanha, junto com o Prefeito, algumas modificações que estão sendo feitas, o que justifica sua ausência. A Giulia já nos comunicou.

O SR. RICARDO NUNES – O Prefeito anunciará, hoje, a criação da Secretaria da Casa Civil, nós precisaremos, inclusive, ver com o Governo a criação dessa rubrica e nós deixaremos para a próxima semana. Não sei se o senhor vai querer determinar já qual a data da próxima semana. Se assim pudesse.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu acho que o Prefeito deveria mandar para a Câmara Municipal aprovar sempre a criação ou extinção de uma secretaria.

O SR. RICARDO NUNES – Eu também acho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preferia acreditar que ele só anuncia, não é Vereador Toninho Vespoli, porque foram extintas e criadas secretarias no início da gestão, nós nem sequer apreciamos. Vamos torcer para que ele fale: vamos mandar para a Câmara Municipal de São Paulo a criação de uma nova secretaria, a extinção, a junção de outra. Seria muito salutar.

O SR. RICARDO NUNES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A preocupação do Relator eu compreendo se isso vai dar impacto no Orçamento, o que altera, a realocação de recursos, de valores. Traduzindo o que sai de uma secretaria e pode ir para outra.

O SR. RICARDO NUNES – É. E aí, Sr. Presidente, automaticamente adiaríamos a audiência de hoje para a Secretaria de Governo para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A proposta do Relator, acho muito salutar.

Vou solicitar o calendário para a nossa assessoria. Nós teremos ainda mais uma de Cultura, Prefeituras Regionais e o relator propõe tirar da audiência de hoje a Secretaria de

Governo, vamos encaixar nas próximas. *Ok?*

Proposta, no dia 14 teremos a temática da Habitação, Cohab, Verde e Meio Ambiente, nós podemos introduzir. Assessoria, publique, por favor, essa informação nova. *Ok?*

Criando a Secretaria nova da Casa Civil, nós podemos inclui-la numa dessas audiências seguintes.

Já anuncio que teremos audiência pública no dia 06 de novembro, no Salão Nobre, a temática será Educação e Esportes, participando as seguintes secretarias: Educação, Esportes e Lazer, Fundo de Esportes, Lazer e Recreação. No dia 06, também, Salão Nobre, das 15h às 18h, teremos audiência temática de serviços e obras, desenvolvimento urbano e prefeituras regionais.

A sugestão de V.Exa. seria para o dia 14.

O SR. RICARDO NUNES – Sim, porque aí daria tempo de se organizarem, já que estão assumindo agora. A Secretaria de Relações Governamentais está para que dia?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou na sequência: nós teremos também no dia 9 de novembro, no Salão Nobre, Direitos Humanos, Assistência Social, Trabalho e Empreendedorismo. Neste mesmo dia, teremos Prodam, Inovação e Tecnologia, Funcad, Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Fundo Municipal do Idoso. Isso no dia 6.

Relações Governamentais Internacionais é extinta hoje. Hoje, Relações Governamentais virou uma secretaria especial, ela não consta aqui. Podemos já fazer essa correção também.

Continuando, dia 11 de novembro, no sábado, das 10h às 13h, na Subprefeitura da Freguesia do Ó, Rua João Marcelino Branco, 95, Cachoeirinha, nós teremos a 4ª audiência regional da região Norte e Noroeste.

Dia 14 de novembro, terça-feira, 8ª audiência temática, Habitação, Cohab, Verde e Meio Ambiente. Também a Secretaria Municipal da Fazenda, Fundo Municipal da Habitação,

Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundo Municipal de Parques.

Proposta do Relator, então, é que neste dia, a Secretaria de Relações Governamentais, Secretaria de Governo que não trataremos hoje, mas no dia 14, hoje a criação da Secretaria Casa Civil. Depois teremos o nome correto.

No dia 6 de novembro, das 15h, às 18h, neste Salão Nobre, trataremos serviços e obras, desenvolvimento urbano e Prefeituras Regionais.

O SR. RICARDO NUNES – Nós vamos manter? Está mudando o Secretário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mantém, vamos manter.

No dia 06 de novembro, segunda-feira, neste salão, das 15h às 18h.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só para ponderar, como está trocando o Secretário, hoje, aí o Claudio, acho que, até segunda-feira, por toda dinâmica que ele tem, creio que não sei se vai ter todas as informações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que nós publicamos tudo isso. Qualquer alteração vai ser objeto de publicação e tem um tempo.

O SR. RICARDO NUNES – Mas ninguém esperava que o Prefeito fosse mudar tudo assim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas o Prefeito já tem nos atrapalhado bastante aqui. Não tem problema.

O SR. RICARDO NUNES – Quer manter? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preferia manter, os técnicos compreendem.

Finalizando, no dia 17 de novembro, neste Salão Nobre, das 10h às 14h, sexta-feira, a 14ª audiência pública, 2ª audiência geral.

Ontem nós deliberamos conjuntamente de fazer outra audiência pública do tema Cultura, a proposta seria dia 8. Para a próxima quarta-feira nós não definimos o local. Não

definimos o Theatro Municipal, pedimos preferência a este Salão, mas terá outra atividade e estamos verificando a possibilidade de fazer aqui. Mas temos a disponibilidade do Auditório Prestes Maia, mas consideramos que ele é pequeno, pelo tamanho da audiência. Ainda estamos verificando a 2ª da Cultura, considerando que não houve tempo ontem para finalizar o debate.

Vamos acompanhar as exposições. As inscrições já se encontram abertas para todos os temas. Concomitantemente, vamos tratar de todos os temas aqui apresentados.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, talvez só para ter agilidade nos trabalhos, há vários pontos para discutir com o Secretário Paulo, mas se eu pudesse antecipar um que talvez na sua apresentação ele pudesse abordar, que é com relação à rubrica Encargos Gerais do Município.

Há um deficit com relação à questão dos Bombeiros, de que o orçado, em 2017, era de 35 milhões, agora a proposta orçamentária, para 2018, está em 26 milhões. O Corpo de Bombeiros nos enviou – vou pedir para juntar ao processo – de forma bem detalhada da sua necessidade, com relação às suas atividades na Cidade, lembrando com relação à questão do convênio da Prefeitura com os Bombeiros, que é a manutenção de máquinas, alugueis e essas questões todas. Existe essa demanda que nós, de certa forma, vamos precisar corrigir ou o Secretário vai poder considerar e nos explicar, talvez justificar a questão da queda dos 35 para 26 milhões. Só para agilizar, porque talvez o Secretário possa abordar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem lembrado.

Nas inscrições nós vamos tratar: Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Relações Internacionais, SP Securitização, Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, SP Parcerias, Secretaria de Governo Municipal – não, passa para a outra -, SP Turis, que era dia 31 de outubro, nós trouxemos para a data de

hoje, Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, Fundo Municipal de Desenvolvimento Social. Aqui também me chama a atenção.

O SR. RICARDO NUNES – Esse fundo é maravilhoso tem 1 bilhão novo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas é que... Tá, por isso trouxemos para cá. Muito bem.

Secretaria de Gestão Municipal, o Iprem, Encargos Gerais do Município.

As inscrições podem ser feitas nesse âmbito. Apaguem as luzes.

Primeiro o Secretário Municipal de Gestão, Paulo Uebel.

O SR. PAULO UEBEL – Bom dia senhoras e senhores, cumprimento nosso Presidente, Vereador Jair Tatto, nosso relator, Vereador Ricardo Nunes, Toninho Vespoli e demais Vereadores presentes. Cumprimento a nossa equipe e demais membros da mesa, colegas. Estamos aqui para falar um pouco sobre Orçamento de 2018, da Secretaria de Gestão.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PAULO – Quero lembrar as cinco verticais de atuação da Secretaria de Gestão, o organograma que fizemos, após uma reestruturação interna que, aliás, está sendo feita em todas as 22 Secretarias. Vamos falar um pouco sobre missão, visão, proposta e valores. Grandes diretrizes estratégicas para esse ano. As metas definidas pelo Prefeito. Depois, em relação ao orçamento especificamente, despesas com pessoal e encargos, administração da unidade, modernização da divisão do arquivo administrativo, gestão do patrimônio público do município, sistema de informação e comunicação, capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores, a edição e publicação oficiais, o Diário Oficial está conosco e a promoção da saúde do servidor, que é um tema fundamental para a Secretaria.

Já está na legislação as atribuições da Secretaria de Gestão, mas nunca é demais lembrar. Ela tem por finalidade: formular e gerir as políticas municipais e os sistemas inseridos, relativos ao desenvolvimento institucional e a gestão de pessoas, a saúde do

servidor, a capacitação de profissionais agentes públicos, a negociação permanente ao suprimentos, a gestão documental, ao patrimônio imobiliário, e a gestão da frota veicular.

Além disso, temos que responder pela definição das políticas de gestão, de meios para o funcionamento adequado da administração pública municipal, em conjunto com as demais Secretarias municipais envolvidas. Propor de maneira permanente novas formas de estruturação dos órgãos municipais, bem como de organização de prestação de serviços públicos. Gerir o quadro específico de cargos de provimento em comissão, proceder a estudos e ações para elaboração avaliação e revisão periódica do Programa de Metas do Município. É um programa extremamente importante. Nós temos 53 metas que estão sendo monitoradas; administrar o patrimônio imobiliário do Município ouvida a Procuradoria Geral do Município; coordenar sistemas e programas compatíveis com o escopo da Secretaria, que vierem a ser implantadas.

Temos cinco verticais. Uma vertical é a de gestão estratégica, onde está inserido o Programa de Metas e projetos estratégicos; gestão de patrimônio, tanto os móveis quanto a frota veicular. Gestão de pessoas, que é fundamental, entra a parte de capacitação também, aposentadoria. Gestão de compras, bens e suprimentos que são comuns a todas as Secretarias e por fim a gestão documental que inclui também convênios e contratos.

Próximo slide mostra a reestruturação que foi realizada, hoje temos nove coordenadorias. O Instituto de Previdência que está ligado à Secretaria de Gestão, o Conselho de Gestão, a Comissão do Patrimônio Mobiliário, O Conselho Municipal das Escolas de Governo e abaixo nove Coordenadorias: a Coordenadoria Jurídica, a Coordenadoria Administrativa e Financeira; a Coeg, que é de gestão estratégica, a Coged, que é de Desenvolvimento Institucional, a Cobis, que é compra de bens e suprimentos, a Cgdoc, que é de Gestão Documental, a Cgpat, que é gestão do patrimônio; o Coges, que é Gestão de Saúde do Servidor, que era uma Diretoria e nós promovemos a Coordenadoria, dada a importância desse tema para a Administração e, por fim, a Cogeb, que é gestão de pessoas. Dentro da

missão, visão e valores que nós estipulamos, por exemplo, a estratégia foi influenciar direta e indiretamente o desempenho e a valorização dos servidores, modernizar processos e reduzir gastos, melhorar a eficiência e qualificar o trabalho da administração municipal.

Então é uma missão muito desafiadora O nosso propósito é transformar a administração pública para ser melhor mais eficiente e com mais propósito de impacto, ou seja, nós temos que gerar impacto na vida do cidadão. Valores. Eficiência, compromisso com as pessoas, as pessoas são a base de tudo. Um dos nossos desafios para 2018 é acabar com o 0,01 que é uma política ruim, incorreta, e que precisa ser modificada. Temos também como compromisso a transparência, liderança com responsabilidade, simplicidade com qualidade, respeito e ética e atitude focada em soluções.

Então, foram estabelecidas algumas grandes diretrizes estratégicas para todas as nossas coordenadorias. Simplificar e modernizar processos, regras e procedimentos para garantir mais celeridade e impessoalidade e transparência. Foi uma diretriz que todas as coordenadorias observaram. Fizemos uma limpa em todas as portarias que regem a Secretaria de Gestão e de 1621 portarias, temos 21 portarias do período de 1977 a 2016, todas as demais foram consolidadas ou revogadas ou já cumpriram os seus efeitos.

Temos também a diretriz de ter um ambiente de trabalho estimulante e informal colaborativo, aberto e dinâmico. Fizemos uma reforma ampla na Secretaria, quebramos todas as paredes, acabamos com os gabinetes, integramos todas as pessoas para o fluxo de informação, processo para aumentar a transparência e para dar maior resultado para a população. Ter um cuidado diário com os recursos públicos, evitando desperdícios, distorções desvios de finalidade, duplicidade, redundâncias, ineficiências, cada real economizado em atividade-meio é um real a mais que vamos ter para a atividade-fim isso é fundamental. Temos de priorizar as atividades fins. As atividades que o cidadão percebe, vê valor, transforma a vida das pessoas.

Temos que desenvolver uma estrutura organizacional leve e focada no cidadão

cliente por meio de modelo de gestão mais empreendedor. Fizemos uma reestruturação de todas as Secretarias que vamos concluir até o final desse ano, reduzindo níveis hierárquicos, tornando as estruturas mais horizontais para ter um melhor fluxo de informação.

Buscar e criar parcerias que adicionem e agreguem valor ao nosso trabalho, fortalecendo posicionamento estratégico da Secretaria, sem onerar o nosso Orçamento estamos fazendo muitas parcerias com o terceiro setor, estamos recebendo muitas doações da iniciativa privada, tudo publicado com maior transparência. Tem uma comissão que avalia, tudo regular, justamente, para economizar recursos públicos e aumentar a nossa capacidade de impacto. Prover nosso serviço com o maior nível de confiabilidade possível, melhorando os índices de entrega e qualidade para a Administração. O Coges tem feito um trabalho muito bom para reduzir drasticamente as filas. Tínhamos 72 dias, já estamos em 34, queremos baixar ainda mais. A fila de licença documental foi zerada, mudando procedimentos, entre outras iniciativas que estão realizadas. Temos também que reduzir os passivos existentes por meio de uma gestão preventiva e de qualidade. É uma diretriz não deixar nada mal resolvido, nada para traz, nada embaixo do tapete.

Se há qualquer coisa irregular, temos que regularizar a administração pública tem que dar o exemplo. Nós temos de dar o exemplo, temos de ser os primeiros a cumprir a lei e não procurar brechas na legislação para a administração não cumprir a lei. É uma mudança de paradigma e que todos deviam observar.

Temos de criar uma cultura de autodesempenho reconhecendo e recompensando os servidores que são comprometidos e que se destacam. Estamos trabalhando para melhorar a avaliação de desempenho e para ter quem sabe no futuro uma remuneração, um bônus, para esses servidores.

Foram estipuladas algumas metas pelo Prefeito no início da gestão. Após 300 dias batemos todas as metas. Foi uma redução de 30% dos alugueis, na Secretaria de Gestão reduzimos 46,85, redução de 15% dos contratos, reduzimos 15,35% e pretendemos reduzir

ainda mais. Redução de 30% dos cargos em comissão, resultado: reduzimos 38,44%; redução de 20% das despesas operacionais indiretas, reduzimos 29%, reestruturação da Secretaria, fomos a primeira a publicar a reestruturação em julho desse ano e simplificação legislativa, que eu já comentei essa redução drástica de portarias.

Reforço, tudo que está sendo economizado aqui vamos tentar canalizar para dar um aumento em 2018 geral e acabar com o histórico nefasto de 0,01.

Em relação aos valores orçados, despesas com pessoal e encargos, temos um crescimento vegetativo, progressões de carreira, promoção de servidores ativos no período em torno de 5% anuais, temos uma redução de 5,9% nas despesas com pessoal, possível pela aposentadoria de servidores, redução dos cargos em comissão, então, estamos economizando. Encargos gerais do Município, previsão de aumento de 3,68, existe essa previsão já. Então estão ali os valores gastos em 2017 e os valores previstos para 2018, tem a variação que acrescentamos para facilitar o controle. Pessoal uma redução de 2,8; alimentação, uma redução de 32%, transporte, 31% de redução. Essa é a migração que fizemos nos contratos de locação para contratos de transporte, de aplicativo individual usando sistemas de taxi, uma redução grande e vai dar ainda mais nos próximos anos, com as demais Secretarias aderindo.

Encargos, pequeno aumento de 3,64; carreira de admitidos, não evolui esse ano a estimativa que tinha, é um assunto que continua na pauta, que vai ter de ser abordado ainda nas reuniões sindicais, então, houve uma redução dessa rubrica, porque não existe um projeto concreto, que ainda precisa ser discutido, está sendo debatido com um grupo de trabalho aqui na Câmara também. Já recebemos as conclusões disso aí. O total nessa área foi um aumento de 3,23.

Em relação à administração da unidade, tivemos diversas medidas de economia, unindo unidades, simplificando estruturas, aumentando a densidade da ocupação dos prédios públicos, tivemos agrupamentos das unidades da Secretaria de Gestão em um único prédio,

reduzindo contratos, gastos com portarias, segurança, limpeza, tivemos uma redução de 24,56% nos valores orçados. Então, o custeio uma redução de quase 18%, investimentos, uma redução de quase 40%, estudos de gestão, uma redução muito grande de 99%, sendo que no total, foi uma redução de 24%. De novo, é uma atividade-meio, não é uma atividade-fim.

Modernização da divisão de arquivo administrativo. É a divisão onde é armazenado todo o acervo de processos físicos, cerca de 20 mil processos e a estrutura não é adequada, precisa melhorar bastante, os documentos de grande importância histórica para a Administração muitos são obrigações legais que temos de manter e a estrutura do prédio não é adequada, precisa de melhorias. Esse Orçamento tem termos de gastos com pessoa jurídica aumentou significativamente. Vamos digitalizar todo o nosso arquivo para que seja fácil para consulta do servidor, da sociedade, dos órgãos de controle, da Câmara e da própria administração.

Estamos estipulando parceria público-privada. Não evoluiu então, não teve mudança, continua o mesmo número que estava esse ano e o total houve um crescimento significativo, que é esse projeto de a gente fazer uma grande reestruturação com digitalização e melhoria do espaço.

Gestão do patrimônio público municipal. Era o antigo DGPI e transformamos numa coordenadoria porque além da gestão dos imóveis, temos também a gestão da frota de veículos. Entendemos que a gestão do patrimônio do município precisa ser melhorada, temos muitos imóveis, não temos hoje nosso inventário digitalizado, georeferenciado e esse é um trabalho e esse é um trabalho que precisa ser feito e estamos trabalhando com parceiras para fazer isso aí. Temos uma ajuda importante da Secretaria de desestatização, também tem ajudado a regularizar imóveis, a verificar a documentação.

Tivemos uma redução no valor do Orçamento, 34%, tivemos uma unificação e estamos reduzindo também gastos que a gente tinha nessa área para poder melhorar o trabalho sem onerar os cofres da administração.

Próximo *slide*: Sistemas de Informação e Comunicação. Nós somos responsáveis pela manutenção de grande parte dos sistemas utilizados pela Prefeitura. Os gastos com tecnologia estão entre os nossos dois maiores gastos da Secretaria de Gestão. Fazemos a gestão do Supri; do Simproc; e do SIGPEC, que faz a gestão do Pessoal e da Folha.

Dentre os valores orçados para atendimento de despesas com manutenção e desenvolvimento de sistemas, alcançou-se uma redução de 45%, uma redução significativa com base em grande negociação e também com o remanejamento de gastos que eram da Secretaria de Gestão e foram para a Secretaria de Inovação e Tecnologia.

Então com o desenvolvimento, nós mantivemos um valor e tivemos um crescimento. Na manutenção de equipamentos, nós tivemos uma redução significativa. Em materiais e equipamentos teve também aumento, e será em investimento que vamos fazer para qualificar os materiais. Mas no valor total, nós tivemos redução.

Próximo *slide*: Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento de Servidores. A EMASP – Escola Municipal de Administração Pública tem um trabalho importante. Houve uma redução grande de valores porque nós fizemos uma junção de algumas escolas de Governo para aumentar o impacto e reduzir o Orçamento. Foram excluídas da conta as despesas com custeio, que antes estavam alocadas em SMADS e com a centralização que fizemos das unidades de Secretaria de Gestão, houve uma economia significativa.

O SR. RICARDO NUNES – Por favor, não quero atrapalhar, se puder me explicar: então saiu da dotação de SMADS e foi para Gestão?

O SR. PAULO UEBEL – Exatamente, nós unificamos, nós centralizamos os gastos administrativos.

O SR. RICARDO NUNES - Quanto estava em SMADS e passou para Gestão?

O SR. PAULO UEBEL – Da administração da EMASP; uma parte significativa, eu acredito que... Patrícia, você tem o dado exato de qual foi o percentual? (Pausa)

O SR. RICARDO NUNES – Ah, o Orçamento já estava em Gestão! (Pausa) Ok,

obrigado, Secretário.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*: Edição e Publicação Oficial.

Este ano acabamos com o *Diário Oficial* em papel, hoje ele é 100% eletrônico.

Fizemos renegociação para simplificar o *layout* do *Diário Oficial*. Com isso vamos ter redução no Orçamento em torno de 34%. Também fizemos um trabalho de racionalização dos textos, alguns que eram publicados no *Diário Oficial* não precisavam ser publicados, porque podiam ser publicados no Portal da Transparência ou em outros portais que dessem o mesmo efeito, mas não tem a exigência legal.

Em relação à promoção da saúde do servidor, nós unificamos. Havia unidades espalhadas pela Cidade e pra ganhar em escala, melhorar a qualidade, reduzir as filas, nós unificamos as unidades. Fizemos uma melhor gestão da fila; estamos trabalhando para reduzir o absenteísmo; fizemos um sistema de gerenciamento do atendimento para torná-lo mais rápido, mais fácil; e também trabalhando para centralizar os prontuários médicos, que hoje estão espalhados pelas várias unidades. Com isso vamos reduzir em 33% o Orçamento para 2018.

Próximo *slide*: Dos totais orçados 2017/2018 com as referentes rubricas, deu aumento de 1%. Então não houve aumento substancial.

Estamos fazendo um trabalho grande para manter os gastos seguindo às diretrizes da Secretaria da Fazenda para que realmente possamos economizar em tudo que é atividade-meio e investir recursos nas atividades-fim.

Eram essas as considerações iniciais.

Fico então à disposição para responder às perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem fará a exposição agora? (Pausa) É o Iprem. (Pausa) É o Fernando? (Pausa)

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA - Bom dia a todos. Sr. Presidente, Jair

Tatto, em nome de quem cumprimento os demais Vereadores presentes; Secretário Paulo Uebel, em nome de quem cumprimento os colegas e demais servidores da administração municipal. O nosso objetivo é apresentar a proposta orçamentária da Previdência Municipal para o exercício de 2018.

Antes de tudo, gostaria de dizer que a Previdência Municipal tem como missão garantir o pagamento de benefícios previdenciários de forma justa e digna aos servidores públicos municipais e dependentes. Também deve zelar pela gestão unificada, na forma do artigo 40 da Constituição Federal, e propiciar os meios junto à Administração Municipal para a sustentabilidade financeira de curto prazo e atuarial no longo prazo, da própria Previdência.

Então num planejamento estratégico de longo prazo, essa missão foi definida dentro da instituição. O objetivo é ser referência na gestão do sistema previdenciário, mas para isso precisa garantir, de um lado, um controle social eficiente, e esse controle social é baseado na transparência da gestão financeira e atuarial; e, de outro lado, a melhoria nos seus processos e na centralização da inteligência previdenciária.

Todos sabem que a Lei 13.973, publicada em 2005, atribuiu ao Ipem à obrigação, a competência, a atribuição de ser a entidade gestora, de acordo com o artigo 40, mas essa diretriz ainda está em processo de construção. Então temos de caminhar, temos de convergir para transformar o Ipem, de fato, não só em um regime próprio, que é um conjunto de acervos de bens e direitos, mas também em relação à própria entidade gestora.

Pra discutir 2018 é importante visitar como está o comportamento da despesa previdenciária do último período. Temos percebido que tem havido incremento na despesa previdenciária o que, de certa forma, impacta em toda despesa de pessoal da Administração do Município de São Paulo. Esse processo tem sido verificado em decorrência de alguns aspectos importantes, os quais nós temos de enfrentar. Primeiro, o modelo previdenciário do Município passou a ser contributivo a partir de 2005, e a quantidade de aposentadorias e pensões – e pensões em patamar muito menor - têm acontecido na maturidade dos concursos

públicos realizados no último período. Com isso nós tivemos uma despesa significativa do ponto de vista das aposentadorias em 2016. Alcançamos cerca de 6,3 bilhões de reais em despesas com as aposentadorias e 720 milhões de despesas com as pensões. Isso está explicitado no Orçamento de 2018, e nós estamos prevendo que haja incremento nessa despesa de 8%. Portanto, na proposta orçamentária nós apresentamos cerca 8,5 bilhões de despesa previdenciária.

Vamos analisar o ano de 2016, que é importante para compreendermos o comportamento da despesa em 2017 e do Orçamento para 2018. A despesa previdenciária de 2016, conforme consta do balanço da Prefeitura nas notas explicativas, demonstram que entre 2008 e 2016 houve incremento no número de aposentadorias concedidas, passando de 2.300 para 6.190 em 2016. Esse é um comportamento que devemos observar em relação à projeção do Orçamento para 2018.

Ademais, além do aspecto do crescimento dessa despesa, temos de levar em consideração a participação do Tesouro, que tem sido crescente para viabilizar o pagamento dessa despesa. A contribuição dos servidores representa, custeia menos de 20% do total da despesa prevista. Então dos 8,5 bilhões que está previsto para 2018, a contribuição do servidor, os 11%, vão custear menos de 18% da despesa. A contribuição patronal vai custear aproximadamente 30%. Portanto, 52% da despesa de 8,5 bilhões serão pagos pelo Tesouro a título de cobertura do déficit. Essa é uma tendência que temos verificado e que vai se aprofundar no decorrer dos próximos anos. Essa informação é importante e está materializada na projeção atuarial que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Lá na LDO apresentamos um passivo atuarial, posicionado em 31 de dezembro de 2016, em 75 anos na forma como prevê a legislação que regula a matéria, trazido a valor presente no balanço de 2016 importou em passivo atuarial da ordem de 116 bilhões de reais. Estudo anterior projetava em 2015 um déficit de 90 bilhões de reais. Houve esse incremento em decorrência do aprimoramento dos cálculos realizados.

Portanto, do ponto de vista da Previdência, tenho de trabalhar com duas informações importantes: primeiro, com a projeção atuarial projetada; e segundo, com a informação orçamentária executada. Olho para o comportamento da despesa e verifico a quantidade de aposentarias concedida, verifico também o incremento de reajustes, de incorporações, a paridade e integralidade que acabam impactando na conta da despesa previdenciária, e adiciono o número previsto em relação à questão das concessões dos benefícios previdenciários. Então tenho de correlacionar os dois números. O atuarial, que prevê o longo prazo, e que também identifica uma informação importante, confere certa volatilidade em relação à execução da despesa. No estudo atuarial prevemos que há cerca de 20 mil servidores que já atingiram a primeira regra para aposentar e que, portanto, a qualquer momento, pode optar por se aposentar. Na Administração verificamos perto de 13 mil servidores que estão recebendo abono permanência.

Então se pegarmos um benefício médio de 5 mil reais, essa conta é daquilo que está previsto no Orçamento, e considerando a possibilidade de haver pedido massivo de concessões de aposentarias, a conta de 7,8 pode facilmente chegar próximo de 9 bilhões. Esse comportamento, principalmente num ambiente de discussão de reformulação da previdência, torna imprevisível a fixação de uma despesa se nós considerarmos esse cenário.

Então trabalho com um cenário atuarial, informando na Lei de Diretrizes Orçamentárias que esse comportamento, que esse cenário pode influenciar decisivamente na realização da despesa em 2018. A receita é basicamente aquele valor já citado, mas a despesa pode variar muito, cerca de 1 bilhão, 1,3 bilhão a mais, a depender do comportamento desses trabalhadores.

O SR. RICARDO NUNES – Fernando, então o déficit de 4,895 bilhões pode ser de 5, 895 bilhões?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Sim, eventualmente, dependendo do comportamento.

O SR. RICARDO NUNES – Isso é só para mais; para menos, não?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Pra menos não porque a despesa é no mínimo, estamos querendo dizer que a despesa é no mínimo. O que está constante da proposta orçamentária, que é um incremento de 8% em relação ao exercício anterior, isso vai acontecer, mas poderá ser muito superior dependendo desse comportamento que eu citei nessa relação.

O SR. RICARDO NUNES – Só para ficar claro: o déficit é de 4,9 bilhões e pode ser de 5,9 bilhões?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Sim, sim. Portanto, a nossa proposta está prevendo 8,5 bilhões, sendo que a insuficiência vai ser 52% desse valor e ela pode superar, em muito, dependendo desse comportamento, como eu disse, em relação aos que chamamos de iminentes, que são aquelas pessoas que atingiram pelo menos aquela primeira regra, e que permanece dentro da Administração. Nós temos acompanhado esse comportamento porque essa pessoa ainda quer evoluir na carreira, quer adquirir vantagens para levar na sua aposentadoria. Mas num ambiente em que se discute reforma da Previdência isso pode acontecer e se transformar numa conta muito maior e mais impactante.

Próximo *slide*. Basicamente, a fonte própria do Iprem, servidores e patronal, é menor do que a participação do Tesouro para cobrir o déficit. E esse comportamento vai aumentar de maneira significativa. Quando nós olhamos para 2008 nós percebemos, o resultado previdenciário negativo tem tendência crescente, com comprometimento crescente da despesa com pessoal, com comprometimento também da receita corrente líquida do Município.

Em 2016 nós tivemos cerca de, o pagamento dos benefícios beneficiários comprometeu 16,5% da receita corrente líquida, sendo que a insuficiência, o déficit, comprometeu 8,6% da receita corrente líquida. E esse indicador, que é um indicador importante de insolvência demonstra no futuro, quando correlacionamos a projeção atuarial

com esse indicador, percebemos que há um comprometimento de uma forma bastante significativa no futuro em relação à questão da despesa previdenciária.

Próximo *slide*. Então, basicamente é isso.

Nós temos um problema estrutural no Brasil, não só no Município de São Paulo, especialmente no serviço público, é o que a gente chama de insuficiência, hoje. Na verdade, para nós que atuamos em previdência, isso chama “serviço passado não contributivo”, ou seja, não houve contribuição, eu não acumulei. O nosso regime de financiamento é um regime de repartição simples, eu dependo de uma quantidade de ativos em número suficiente para bancar a despesa do inativo.

Na medida em que o problema demográfico tem afetado o Brasil de maneira bastante significativa, e vai mais ainda depois do fim do bônus demográfico, não há número suficiente. O modelo pensado foi de não acumulação de reserva, um modelo de capitalização que poderia garantir o pagamento dos benefícios. Então há necessidade, não só da administração municipal mas de todos os regimes de servidores públicos e até do próprio regime geral, de caminhar pelo menos parte do seu regime para um modelo de acumulação de reservas, sabendo que não tenho mais a solidariedade intergeracional. Para o equilíbrio desse modelo previdenciário baseado na forma de financiamento de regime simples, de repartição simples, eu preciso de no mínimo quatro servidores ativos para pagar o benefício de cada inativo. Essa conta acaba não fechando.

Previdência tem dois conceitos básicos fundamentais: poupança forçada de longo prazo e renúncia de consumo presente, economizar para o momento em que eu mais necessitar. Portanto é com esses conceitos e com essa análise que a gente construiu a proposta de 2018, demonstrando para a Administração Municipal e para a Câmara os riscos que podem advir da quantidade de pessoas que já atingiram as condições para se aposentar e que podem a qualquer momento requerer seu benefício.

O SR. RICARDO NUNES – Fernando, com relação ao estudo atuarial, qual foi o

último feito?

O SR. FERNANDO – O estudo atuarial em que está baseado, conforme a legislação que encartou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi feito em 31 de dezembro de 2016.

O SR. RICARDO NUNES – E o próximo que vai ser feito?

O SR. FERNANDO – O próximo vai ser feito, está em processo de contratação. É claro que a gente procura desenvolver. Nós temos um trabalho desenvolvido dentro da Administração no sentido de apurar todo esse... A gente trabalha com projeções longuíssimas, com diversas variáveis e a gente faz atualizações pelo menos com a equipe interna lá do Instituto. Mas nós vamos contratar o próximo estudo até o final deste exercício e entre janeiro e fevereiro nós já vamos ter o novo resultado.

O SR. RICARDO NUNES – Está na casa dos 800 mil reais ainda?

O SR. FERNANDO - Não o estudo atuarial complexo que a gente contratou e que está sendo realizado. Um estudo ordinário no mercado você contrata por 80 mil a 100 mil. O estudo complexo que a gente está finalizando no Instituto foi contrato por 800 mil reais. Em razão de reduções determinadas pela Administração, ele ficou em menos de 500 mil reais, um estudo complexo que envolve testes de aderência e tudo mais. Um estudo ordinário não chega a esse valor.

O SR. RICARDO NUNES – Então está previsto no Orçamento em torno de 80 a 100 para fazer o atuarial no ano que vem.

O SR. FERNANDO – Aqui tem uma consultoria atuarial prevista, 100 mil reais.

O SR. RICARDO NUNES – É esse. Fernando, a gente vem debatendo há bastante tempo o Iprem e uma das questões que a gente falou anteriormente, que me parece ser o ponto central, é fazer auditoria. Vocês apresentaram várias vezes que havia indícios fortíssimos de fraudes ou de falta de controle, que teria muita gente recebendo aposentadoria sem ter efetivamente o direito. Se você puder relatar para a gente como está essa questão da auditoria.

O SR. FERNANDO – Olha, acho que nós estamos fazendo um trabalho conjunto, o Ipsem está num trabalho conjunto com a Controladoria do Município. Esse trabalho está sendo realizado em conjunto com a Controladoria e também com o Tribunal de Contas. A gente procura avaliar. Nós temos possibilidade, numa folha em que você paga 8,5 bilhões, como o previsto para 2018, pode acontecer erro como podem acontecer problemas de fraude.

Existem dois tipos de possibilidade de fraude. A fraude na elaboração, eventualmente, de um cálculo de forma indevida - o que é muito raro, pelos trabalhos e controles que a gente tem observado dentro da Administração. E o principal é o pagamento, para a pessoa, de modo indevido. Por exemplo, a prova de vida é fundamental para a Previdência, saber se a pessoa está viva e se eu estou pagando para a pessoa correta. Eventualmente, o que ocorre com muita frequência é fraude de um terceiro contra a Previdência para recebimento de forma indevida.

A gente tem procurado desenvolver um trabalho, que está em fase ainda de maturação. A gente está desenvolvendo as trilhas de auditoria, fazendo cruzamentos diversos, aperfeiçoando o sistema de cadastramento, mas é um trabalho de fôlego e ele só vai dar resultados no médio prazo. De qualquer forma nós estamos aprofundando esse trabalho.

A gente tem verificado que, na previdência de modo geral, o número de fraudes em relação aos sistemas previdenciários é menor do que acontece, por exemplo, em face do sistema bancário. No entanto a gente procura definir parâmetros junto inclusive com as outras entidades de previdência, para verificar principalmente, como eu disse, a prova de vida. Prova de vida, eu estou pagando o benefício para a pessoa correta, ela tem direito, ela está viva, então isso é fundamental no nosso trabalho que está sendo desenvolvido.

O SR. RICARDO NUNES – Hoje tem quantos beneficiários do sistema previdenciário da Prefeitura?

O SR. FERNANDO – Tem cerca de 21 mil pensões... São 23 mil pensionistas, mas na verdade são 20 mil pensões, porque há desdobro em relação a cota-parte. Então são cerca

de 20 pensões e, até 2016, 73 mil aposentados, mas vai crescer mais seis mil; mas também há vacância, ou seja, as pessoas falecem, então esse número vai ficar por volta de 75 mil, 76 mil nesse exercício.

O SR. RICARDO NUNES – Fernando, desculpe minha ignorância. Eu não consegui entender qual a diferença entre aposentados e pensionistas?

O SR. FERNANDO – É que, no caso das pensões, eu pago uma pensão e ali está pensionista. Pensão eu posso pagar por cotas, então uma pensionista esposa e dois filhos. Então eu pago 20 mil pensões que se desdobram em 23 mil pensionistas. É só isso. São cerca de 20 mil pensões.

O SR. RICARDO NUNES – Vinte mil pensões são cerca de 20 mil famílias, então?

O SR. FERNANDO – Vinte mil famílias.

O SR. RICARDO NUNES – Que vão gerar 70 e poucas mil pessoas?

O SR. FERNANDO – Não. Aposentados é por cabeça, 73 mil aposentados. Pensionista é por estirpe, por família. Então tenho 23 mil pensionistas, só que são dependentes de cerca de 20 mil pensões. É isso.

O SR. RICARDO NUNES – Retornando à auditoria, na época a Secretária Leda Paulani – eu acho – foi bastante enfática, em uma das audiências públicas, em dizer que a principal questão era fazer auditoria. Então hoje, a não ser esse trabalho com a Controladoria, não tem efetivamente um sistema de auditoria contratado para esses pensionistas?

O SR. FERNANDO – Na realidade foi realizado um trabalho de auditoria no passado e esse trabalho envolve um conjunto de medidas que estão sendo adotadas dentro da Administração, orientações. Foi contratada, a FGV fez orientações, e a gente está fazendo um trabalho junto com a Controladoria para desenvolvimento de uma matriz de riscos e fazer os cruzamentos necessários para apurar eventuais irregularidades. Isso tem sido feito de forma constante dentro da Administração.

O SR. RICARDO NUNES – Fernando, no item 21-71 você apresenta: manutenção

e operação do sistema de informação e comunicação. O sistema que vocês usam lá é da Prodam ou é outro? E por que o crescimento de 3,9 para 5,2?

O SR. FERNANDO – Na verdade o Ipem trabalha com alguns sistemas. Ele trabalha com um sistema para o pagamento das pensões. Ele está convergindo agora a folha de pagamento dos seus servidores para um projeto que tem dentro da Administração, de convergência do Ipem para a gestão previdenciária. O SIGPEC, que é o sistema de folhas da Prefeitura, nós estamos convergindo para esse sistema. E haverá necessidade de desenvolvimento de um módulo de gestão previdenciária específico. Hoje o que existe é um sistema de gestão de recursos humanos, de folha. Há necessidade, para que o Ipem opere toda a gestão de maneira plena, do desenvolvimento de módulos de gestão previdenciária, e isso vai ser objeto de uma contratação futura. Por isso que está sendo previsto esse recurso.

O SR. RICARDO NUNES – Porque, além dos 5,2 na 21-71, ainda tem mais no 12.20, desenvolvimento de sistema de informação e comunicação, 5,4 milhões de reais.

O SR. FERNANDO – Uma coisa é a manutenção, que é a manutenção dos sistemas existentes hoje; é a manutenção, Prodam. O outro é investimento para o desenvolvimento de um sistema próprio de gestão previdenciária.

O SR. RICARDO NUNES – Então esses 5,4 milhões são com a Prodam?

O SR. FERNANDO – Não, não. Isso vai ser cotado no mercado, vai ser feito por meio de audiências públicas e em conjunto, inclusive com a participação do Tribunal de Contas, porque ele é um interveniente importante no processo de concessão; e como ele faz a homologação da aposentadoria, que depois vai reverter numa compensação previdenciária, o Tribunal de Contas também deverá participar junto conosco.

O SR. RICARDO NUNES – Para concluir, a minha pergunta é sobre os imóveis que estão sob custódia do Ipem, se houve algum avanço com relação ao leilão dos mesmos, ou se continua na mesma situação parada, como vinha há bastante tempo.

O SR. FERNANDO – O Ipem tem cerca de 12 imóveis que são decorrentes de

adjudicação. É importante lembrar, o Iprem já foi um agente de financiamento imobiliário no passado. Em decorrência de diversas situações, principalmente por inadimplemento, ele acaba ficando... Nós temos 12 imóveis. Já se tentou realizar leilões desses imóveis, que deram deserto. Estamos numa terceira tentativa e num processo de negociação com a Administração. Caso esse terceiro processo de alienação se mostre infrutífero, a gente vai discutir de transpasse disso para a Administração direta.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado.

O SR. TONINHO VESPOLI – Fernando, uma pergunta. Tem uma projeção de 8,5 bilhões para o ano que vem, acho que a projeção entre aposentados e pensionistas vai passar um pouco mais de cem mil no ano que vem. Fora esses 8,5 bilhões, tirando algumas despesas de contratar um sistema novo, alguma coisa assim, fora o salário dos aposentados e pensionistas, tem algo relevante que é gasto com esses 8,5 bilhões?

O SR. FERNANDO – Na despesa do Iprem, como unidade gestora, unidade de administração, e como ele tem a atribuição de gerir o regime próprio, a principal despesa, fora a maior despesa que nós temos, é o PASEP. Nós pagamos cerca de um milhão por mês para a União a título de PASEP, decorrente da minha folha de aposentadorias. Então a principal despesa do Iprem, fora a despesa previdenciária é a despesa com o PASEP.

O SR. TONINHO VESPOLI - Um milhão por mês, então daria 12 milhões, porque fiz a conta aqui de 8,5 bilhões dividido por 103 mil aposentados e pensionistas dá uma média salarial de 80 mil reais.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA - É 80 mil reais ano. Então tenho de pegar o valor do benefício médio. E o benefício médio dentro da Administração Municipal é isso. Tenho o benefício médio de professores, cerca de 9 mil reais; benefício médio do Executivo, por volta de 5.500 reais; benefício médio do próprio Iprem, um pouquinho mais, 5.700. Então quando analiso essas contas nesses patamares, vou verificar que 80 mil divididos por 13 parcelas vão ficar próximos desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Obrigado por enquanto, Fernando. Agora Relações Internacionais, depois SP Parcerias.

O SR. RADYR LLAMAS PAPINI – Bom dia a todos, Vereadores, companheiros servidores, agradeço a oportunidade de apresentar um pouquinho da Secretaria e apresentar um pouquinho dos projetos que temos para o próximo ano.

Somos o menor orçamento da Prefeitura, mas acho que temos uma atuação de grande impacto. São Paulo, muitas pessoas não sabem, é uma Cidade gigantesca, as representações internacionais aqui são enormes. São Paulo só perde para Nova Iorque em representantes consulares no mundo. Nova Iorque é dobrado porque tem a ONU e tem os consulados. São Paulo é a segunda maior Cidade do mundo.

Então essa é uma das importâncias de relações internacionais para esta Cidade. São Paulo é comparada por alguns investidores, ouvi isso pessoalmente, como uma joia oculta. Eles comparam São Paulo a Londres, a Nova Iorque, porque temos um mercado consumidor gigantesco, uma mão de obra extremamente qualificada, só que o mundo não conhece. Então essa é uma das nossas funções, fazer o mundo conhecer São Paulo e trazer os seus investimentos, seu conhecimento e possibilidades para a Cidade.

Funções da Secretaria de Relações Internacionais. Fazemos a interlocução, a conexão da Prefeitura, da Cidade com organismos internacionais, com os consulados, toda essa comunicação internacional da cara da Cidade para fora e trazendo possibilidades para cá. Este ano conseguimos, por exemplo, muitas doações que vocês devem ter visto, drones, veículos, mais de duas mil câmeras. Esse foi um dos trabalhos através de viagens e de parcerias que fazemos com a equipe interna.

Trazemos muitas parcerias técnicas, muitos técnicos de fora para trazer conhecimento, experiências. E também exportamos muito conhecimento. Então temos parceria com países da África, da América Latina, passamos esse nosso conhecimento, coisas que desenvolvemos por São Paulo estar avançado em muitas tecnologias, em muitas coisas.

Conseguimos também parcerias, algumas de viagens, outras de representantes consulares em manutenção de próprios. Vocês podem ter visto a restauração da fachada do Theatro Municipal, a restauração de praças pela comunidade italiana, a comunidade australiana vai reformar toda a Av. Sumaré, começaram um projeto agora e tem uma porção de outras coisas saindo.

Outra função importante que desenvolvemos é atrair investimentos internacionais para a Cidade. É fazer um pouco aquilo que falei, mostrar o que é São Paulo para que as pessoas possam vir aqui investir, trazer emprego. E também auxiliamos muito nessa linha de desestatizações e PPPs.

Temos uma divisão interna, só para vocês conhecerem um pouquinho, que se baseia em bilaterais. Temos essa divisão que cuida de consulados e de cidades. E temos uma divisão de multilaterais e aí cuidamos de redes de cidades, contato com ONU, contato com bancos de investimento. Então temos essas duas linhas de trabalho. Nossa ação para o ano que vem visa basicamente isso, aumentar a cooperação, investimento internacional na Cidade.

Ações para 2018. Vamos realizar uma divulgação da Cidade, uma análise de necessidade das regiões da Cidade. Isso em parceria com São Paulo Investe para podermos mandar para fora do país. A região Leste precisa de uma coisa, Guaianases precisa de outro tipo de investimento, a região Sul precisa de certo tipo de trabalho e assim podermos mandar para fora do país e quem quiser investir aqui saber aonde e como investir já focado com a necessidade da região.

Queremos realizar missões no exterior que é nossa função básica. Ações de projeção da Cidade que é fazer a Cidade ficar conhecida lá fora. É fazer o nome da Cidade ficar forte e competitivo internacionalmente.

Vamos ter um evento internacional, já fechamos para o ano que vem e vamos ter esse investimento. O Fórum Econômico Mundial vem para São Paulo em maio/abril do ano que vem.

E estamos fazendo um trabalho conjunto com muitas secretarias. Vamos envolver muitos atores para criar uma identidade da cidade de São Paulo. Isso porque se vende para o turismo de uma maneira a Cidade e apresenta-se para empresários de outra maneira. É uma coisa que não é muito uniforme. Então queremos criar uma identidade para a Cidade e essas pessoas possam vir tendo uma ideia do que é São Paulo, para a Cidade não continuar sendo essa joia oculta. Continuar realizando as ações de cooperação e de troca técnica.

A Secretaria tem outra função. Trabalhamos junto com a Controladoria e com um órgão da ONU, a OGP, que é a atividade de governo aberto. E fomentamos através das secretarias – somos um auxiliador – a cultura de governo aberto, dados abertos, e a Prefeitura disponibilizar esses dados de maneira que as pessoas possam usar e se apropriar desses dados da forma que precisem, gerar softer, documento, informação e ter realmente os dados da Cidade.

Nessas linhas estamos trabalhando com uma rede interna de servidores para fomentar isso dentro da Prefeitura. Estamos fazendo reuniões semestrais dentro das prefeituras regionais com esse foco de cultura, conversando isso, falando com os conselhos da região. Estamos fazendo um trabalho de publicação, divulgação dos dados justamente para essas reuniões das prefeituras regionais.

Um trabalho maior que temos nisso são os agentes de governo aberto. Então trazemos gente da sociedade para ensinarem para os servidores e sociedade o que é governo aberto, o que é cultura de governo aberto, como as pessoas podem participar da Prefeitura e ter essa interação. Esse é um programa nosso e este ano vamos formar em torno de cinco mil pessoas e a programa para o ano que vem também é formar mais cinco mil pessoas.

Então o fechamento, como falei, é muito rápido aqui para nós. Estamos conseguindo fazer uma boa redução do orçamento para este ano. Em passagens e diárias tivemos uma redução de 33% em relação a este ano. Em relação ao ano anterior estamos com uma redução de 60%. O contrato de manutenção reduzimos em 20%. Sistema de informações

27% e no próprio programa São Paulo aberta, ampliando o escopo de trabalho do programa, reduzimos o custo em 59%.

Então é uma passada rápida do que é a Secretaria de Relações Internacionais. Uma Secretaria que muitas vezes as pessoas não entendem a sua interação e importância. Fico à disposição para as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Agora a SPTuris.

Registro a presença do Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, Wilson Poit, e convido para compor a Mesa.

O SR. DAVID BARIONI NETO – Exmo. Sr. Vereador Jair Tatto; Exmo. Secretário Wilson Poit, nas pessoas de quem cumprimento os Vereadores e membros do Executivo, senhoras e senhores presentes. Uma breve visão sobre a SPTuris, é uma empresa de administração indireta do Município de São Paulo. Somos uma S/A de capital aberto, a Prefeitura detém 97% das ações, portanto, é o nosso acionista controlador.

As receitas são provenientes de locações dos espaços do Anhembi, englobando o Sambódromo, o Pavilhão e o Palácio das Convenções. E do Autódromo que não é nossa propriedade, mas a gestão é feita pela SPTuris, além da prestação de serviço com produção de eventos, na execução de projetos de turismo e também eventos das emendas dos Vereadores.

O Anhembi começou a nascer em 66, quando após anos realizando feiras e negócios no Pavilhão da Bienal, no Ibirapuera, o empresário Caio de Alcântara Machado constatou que esse pavilhão já estava pequeno e começou a idealizar um novo espaço para eventos de grande porte em São Paulo.

A construção começou em fevereiro/março de 67 e foi até outubro de 70, com uma duração de aproximadamente 270 dias entre o projeto e a construção.

Em 75, foi criada a Paulistur, durante a Gestão do saudoso Prefeito Olavo Setúbal, com o evento Nossa Música, Nosso Parque. Foi a inauguração da Paulistur.

Em 83, o Prefeito Mario Covas moderniza a Paulistur, na ocasião comandada pelo atual Prefeito de São Paulo, João Doria Jr.

Em 86, o Prefeito Jânio Quadros atribui a Paulistur sua antiga função e volta a se chamar Anhembi Centro de Feiras e Convenções, cuidando daquele parque de convenções.

Em 85, finalmente a gestão do Prefeito José Serra cria a SPTuris que tem as suas funções de hoje, gerir o Parque de Eventos do Anhembi e também a política de turismo da cidade de São Paulo.

Hoje temos aproximadamente 500 colaboradores, sendo seis diretores, o Presidente. Temos uma Diretoria Administrativo Financeira e de Relações com Investidores, que é o Sr. Afonso Celso Santos, todos estão aqui. Infraestrutura, Marco Aurélio Carreira. Turismo e Eventos, Eduardo Colturato. Marketing e Vendas, Carlos Alberto Parente e o representante dos empregados, Antonio Cavalcante.

A SPTuris realiza cerca de dois mil, mil e novecentos eventos por ano, em todas as regiões da Cidade com infraestrutura e produção. E faz alguns dos eventos mais importantes tais como aniversário da Cidade, 25 de janeiro; o GP Brasil de Fórmula 1, que ocorrerá no dia 12 de novembro; carnaval nos bairros e no Sambódromo; a parada LGBT; a Virada Cultural, Virada Esportiva; Natal Iluminado e Réveillon; desfile cívico e miliar de 7 de setembro; réveillon na Paulista, e ainda eventos culturais, aniversários de bairros, festas populares, colônias, congressos e todas as outras emendas apresentadas pelos Srs. Vereadores.

Um rápido corte do Orçamento: temos para o ano de 2018 uma previsão de 198, quase 200 milhões de receita, sendo do Tesouro Municipal, 135, que são as receitas advindas dos eventos que fazemos para a Prefeitura. Receitas de locações do Anhembi e do parque em torno do Anhembi, 62, quase 63 milhões, esse capital é aplicado com o custeio do pessoal, salários e etc., 68 milhões, tributos, 14; outras despesas com outros eventos, manutenção, etc, 112 e investimentos na casa, 2 milhões.

Sr. Presidente, encerro aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado. Agora, o Secretário Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias. Em seguida, vamos começar a ouvi-los.

O SR. WILSON POIT – Bom dia a todos, Presidente, vereadores, Secretários. Vou fazer uma apresentação rápida sobre o orçamento dessa nova secretaria, Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, e sobre uma força muito forte que estamos fazendo e o Prefeito João Doria, de divulgar a cidade de São Paulo no mundo para atrair investimentos e apresentar São Paulo como uma cidade moderna e competitiva.

Antes de fazer a minha apresentação que é muito rápida, queria mostrar o filme que, muitos já conhecem, mas que o Prefeito João Doria tem exibido em todas as nossas viagens, bem como nós, da Secretaria, mostrando São Paulo.

- É exibido vídeo.

- Manifestação na plateia.

O SR. WILSON POIT – Tenho uma apresentação para fazer da Secretaria Municipal de Desestatização, mas esse filme tem sido aplaudido no mundo todo e no Brasil, mostra o orgulho que temos da Cidade e acho que como ela tem de ser mostrada e visitada.

Em paralelo desta cidade com tanta riqueza, com tantos lugares bonitos, temos muita pobreza e muita necessidade em São Paulo. E esse é o plano do Prefeito João Doria ao lançar o Plano Municipal de Desestatização, que a prefeitura possa focar recursos naquilo que realmente a população mais humilde precisa: educação, saúde, habitação, transporte e assistência social. Acho que seria redirecionar os investimentos para aquilo que a população realmente precisa e o que é a palavra “serviço público”. Como vocês sabem e estão acompanhando nas audiências, o orçamento da Cidade já começa inchado, gordo e praticamente sem espaço para investimentos.

A ideia é tenhamos recursos para investir naquilo que a Cidade mais precisa e atrair investidores internacionais. Acho que num momento bacana, mostrando para os investidores o potencial de São Paulo.

Vou fazer uma rápida apresentação, só meia dúzia de slides, depois ficaremos à disposição para perguntas sobre a criação desta Secretaria e da São Paulo Parcerias.

Esta Secretaria foi criada nesta Casa, numa lei no começo de janeiro, ela executa os projetos de desestatização que são objetos do Plano Municipal do Prefeito João Doria, define os modelos de negócios e conduz e elabora editais, procedimentos e PMIs que são procedimentos de manifestação de interesse.

Tem a Secretaria e uma empresa. É uma Secretaria pequena, uma empresa pequena, mas a São Paulo Parcerias é vinculada à Secretaria e a principal missão é promover o bem-estar socioeconômico, mediante processos de privatização, de concessão e de PPPs, para priorizar aquilo e o investimento que a Cidade mais precisa, sendo referência na viabilização de uma gestão eficiente.

O Plano Municipal de Desestatização, que vem sendo discutido há dez meses com uma série de projetos, é o maior programa de privatização e de concessão e de PPPs a nível municipal. Como todos sabem, o Brasil, os últimos governos, não só do Presidente Fernando Henrique, mas do Presidente Lula e Dilma, tiveram vários processos de concessões e de privatizações, como os portos e aeroportos. Temos, por exemplo, no Estado de São Paulo as rodovias, no Estado de Minas Gerais, inclusive presídios; na Bahia, hospitais de muito sucesso. No Município é um programa que vem sendo replicado em dezenas de cidades do Brasil, porque as cidades estão deixando de cuidar do que realmente está com necessidade, creches, UBS e hospitais, para cuidar de outras coisas.

Então, é um programa para focar, o objetivo é reordenar a posição estratégica do Estado na economia, aquilo que realmente o Estado tem de cuidar; concentrar esforços e recursos naquilo que é essencial. Tudo que não for essencial não é uma prioridade. E melhorar a prestação do que é realmente serviço público. O Estado empresário e grande deixa, de repente, o serviço público a desejar, como temos na cidade de São Paulo.

Só para entender a diferença, temos projetos de privatização que realmente é

venda e estamos falando da venda do complexo do Anhembi, da venda do Autódromo de Interlagos e da venda de uma série de imóveis e terrenos abandonados ou não ocupados pela cidade de São Paulo. Um grande projeto de concessões, concessão não é venda, é a transferência da gestão e a desoneração do Município, que é caso de parques, de terminais de ônibus, de bilhete único, de uma série de coisas que estão dinheiro na mesa e temos PPPs, parcerias público privadas, em que a modalidade é de concessão, mas tem também um patrocínio do setor público.

Avançamos aqui com metade desse plano na Câmara Municipal, com uma grande contribuição, tivemos mais de 20 audiências públicas, 3 mil pessoas presentes na Casa, muitas emendas e muitas contribuições do Legislativo e aprovamos neste ano a lei que criou o fundo municipal de desestatização, que carimba o dinheiro. Diferente de outros programas conhecidos no país, no Programa Municipal todo dinheiro desonerado ou vindo da venda de um equipamento público irá para um fundo e não será misturado no caixa único da Prefeitura. Nem será gasto com custeio, nem com pagamento de dívida, mas exclusivamente com investimento nas áreas prioritárias: saúde, educação, habitação, segurança, mobilidade e assistência social. Aprovamos também a criação da São Paulo Parcerias, a concessão do Pacaembu, uma lei já promulgada e com diversos interessados. Um pacote de concessões que inclui bilhetagem, mercados e parques. Isso já está tudo promulgado.

Está tramitando na Casa, neste momento, o PL 404 dos imóveis, são mais de mil imóveis não utilizados na Cidade. A privatização da SPTuris Anhembi, a privatização de Interlagos e a concessão de cemitérios, criação de agência reguladora e novo projeto de lei para os mercados. Como todos sabem, passamos apenas com o PL do mercadão e do Kinjo, e temos agora diversos mercados municipais.

Os projetos que já estão com estruturação e com interessados: concessão de parques, já tivemos 21 grupos credenciados e 10 já apresentaram estudos. Como todos sabem a prefeitura gasta 180 milhões de reais por ano e os parques municipais estão numa situação

muito difícil. Todos nós conhecemos muito bem o Ibirapuera, mas parques na periferia e outros locais, alguns não têm banheiro, não tem privada, não tem torneira, não tem segurança, não tem iluminação. O setor privado pode cuidar disso sem jamais cobrar ingresso da população para usar o parque nem os banheiros e fazer investimentos em novos banheiros, em novos restaurantes, em estruturas para piqueniques desonerando a Prefeitura.

Temos o Bilhete Único. São 14,5 milhões de bilhetes hoje unicamente para pagar passagem. Em diversas cidades do mundo, já são usados como cartões de benefícios e Cartão Cidadão.

A concessão do Pacaembu. Quatro consórcios no período de estudos, concessão de 27 terminais de ônibus, que aqui são térreos, as rodoviárias urbanas servem apenas para estacionamento dos ônibus, os banheiros são precários e você não tem serviços. Em muitas cidades do mundo já - esta Casa já aprovou - você pode construir como a Estação Santa Cruz do metrô, por exemplo, em cima do terminal de ônibus. É uma concessão. Pode ter Shopping Center, pode ter Poupatempo, Descomplica, pode ter creche, em outros pode ter faculdade e uma série de serviços que a população, durante o trajeto, poderá fazer.

A concessão de cemitérios e serviço funerário mais do que pedido pela cidade de São Paulo que tem oportunidade política de sair agora. Temos também projetos de privatização como SP Turis, Interlagos, imóveis e a elaboração de um novo PL de mercados solicitado aqui pelo Legislativo e pelas audiências públicas.

O orçamento da Secretaria é de aproximadamente 15 milhões de reais. 11 milhões em contratação de consultoria para elaborar esses projetos. A folha de pagamento de dois milhões e meio e outras despesas em torno de um milhão de reais. Esse é o orçamento para 2018. Um orçamento bem menor do que o orçamento desse primeiro ano de 2017. Pode programar. No ano de 2017 nós tivemos um orçamento 70% maior do que este porque existimos durante todo esse ano. A meta é trazer no mínimo durante quatro anos cinco bilhões de reais para investimento no que a Cidade mais precisa. Esse dinheiro vai para o Fundo

Municipal de Desenvolvimento Social.

Em todas as conversas que tivemos aqui muito difícil de encontrar alguém contra creche, que é contra saúde, que é contra habitação e quer investir, ao mesmo tempo, numa prova de Fórmula 1, em um Autódromo ou na reforma de um equipamento público que a gente não é eficiente.

Era essa a apresentação que eu tinha que fazer. Então, estamos falando de uma Secretaria de 15 milhões de orçamento com cinco bilhões de retorno para investimentos sociais. Muito obrigado pela atenção. Eu estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Secretário. Vamos às inscrições.

Vamos lá. Margarida Prado, João Gabriel, João Alberto Rodrigues, rapper Pirata, João Batista.

A SRA. MARGARIDA PRADO - Bom dia a todos. Bom dia Vereadores presentes, demais autoridades, colegas servidores municipais, público em geral. Estou bastante entristecida com tudo aquilo que ouvimos até agora. Indignada eu já estou faz tempo, mas sentar aqui e ouvir sobre o orçamento de 2018 e ouvir tudo isso que nós acabamos de ouvir, porque se ainda fosse dizer que com essas vendas, com essas alienações, essas parcerias, o investimento fosse para Educação sim, mas da Rede Direta com servidor público concursado. (Palmas).

Se fosse para hospitais públicos com servidores qualificados, concursados, estatutários, aí sim eu ficaria feliz de saber que esses investimentos estão indo sim para um serviço público de qualidade, mas não é isso. Tudo o que temos visto ultimamente é terceirização e privatização, o desmonte do serviço público. Mas como nós vamos falar de orçamento, a audiência pública é sobre o orçamento, queremos saber, nós servidores públicos, eu estou falando em nome do Fórum de Entidades Sindicais e também em nome da entidade onde eu tenho a honra de ser vice-presidente, que é a Aprofem, é claro que posso falar em nome dos dois porque um por delegação e o outro por convicção porque é o pensamento da

minha entidade também.

Temos vivenciado uma política e, aliás, com um grande alívio escutei o secretário Paulo falar que é uma política indigna, que vai acabar com a política do centésimo % de revisão geral anual, nós temos vivido isso desde 2003. Ao mesmo tempo temos acompanhado a evolução das receitas, que é astronômica comparada com isso que a gente tem tido de revisão geral anual em que pese termos algumas pontuais reestruturações de carreiras que trazem algum alívio para os servidores estão sendo esquecidos os servidores aposentados sem parceria, aqueles que não optaram por reestruturações que estão sim com um centésimo % de revisão geral anual há tantos anos.

Então, quando o Fernando vem e fala de aposentadorias, ele não mencionou em nenhum momento o que se está pretendendo fazer com os servidores que é, de cara e que já está por Medida Provisória, para os servidores federais decidido, que é o aumento da alíquota para 14%. A gente escuta falar e nenhum deles falou oficialmente em uma contribuição extra, mas o Fernando falou em uma poupança compulsória e em uma renúncia hoje para depois de ter no futuro. Do que ele está falando, gente? É do aumento de alíquota e nós com uma política que vem sendo aplicada de centésimo % de reajuste, como é que nós vamos encarar aumento de alíquota, de desconto do Iprem, outra parcela a ser compulsoriamente tirada do servidor de 5% por cinco anos? E mais, as conversas que temos ouvido sobre Hospital do Servidor Público Municipal que não é um hospital público, mas é do servidor público, que está falando em voltar uma contribuição compulsória em torno de 4,5%? Ora, gente, não é só o congelamento dos salários é a diminuição dos salários, uma diminuição nominal nos holerites. Não podemos aceitar isso. (Palmas)

Para que isso possa ocorrer, a gente sabe, existem limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, ninguém aqui é irresponsável. Temos proposta sim para que o servidor tenha uma recomposição de salários. Para isso a gente faz estudos. Temos estudos que apontam, nós temos a Lei 13.303, que estamos querendo alterar faz muitos anos e não

conseguimos até aqui.

Deixa-me só dizer mais uma coisa esse centésimo % passa por lei na Câmara todos os anos. Então, é da responsabilidade também dos Vereadores desta Casa a nossa situação. (Palmas).

Por ter sido aprovado aqui, a cada ano é um projeto de lei. Aliás, 2016/2017 nem isso veio. Por enquanto, não apareceu isso aqui ainda. Então, só para terminar. Vamos ficar em um período mais curto. Vamos falar de 2013 para cá. Vamos deixar para trás mais de 10 anos. O orçamento desta Prefeitura se falamos em receitas correntes, cresceu 22.79 %. Todo mundo fala do crescimento da despesa, ninguém fala do crescimento da receita. Das receitas próprias houve um crescimento de 26,6%.

Então, através de negociação, através de reformulação da nossa famigerada lei salarial, nós poderíamos começar a falar em aplicação do que está previsto na própria lei que é revalorização através da FIPE, do IPC da FIPE. Esse é o índice aplicado inclusive para todos os contratos de parcerias, de terceirizações. Todos os compromissos da Prefeitura são reajustados pelo IPC, da FIPE, menos o compromisso com os seus funcionários públicos. Para esses, não tem tido nada. Então temos uma proposta que seja aproximada ao que o próprio IPC, da FIPE, nesse período acumulou, que é em torno de 25.75%. Se não é possível isso tudo de uma vez, podemos negociar uma recomposição boa, imediata, mas um plano para ir se repondo o que os servidores perderam ao longo dos anos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Margarida. João Gabriel, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL – Bom dia a todas e todos, os Srs. Vereadores, Secretários, todos os participantes, companheiros trabalhadores da Prefeitura de São Paulo. Estou assistindo a apresentação, assim como todos vocês, e está muito difícil de sentir se o que eles estão apresentando é uma obra de ficção ou se é uma farsa. Eu acho que pode ser os dois porque quando eles falam que a gente passa por um problema de falta de eficiência, eu acho que a gente tem um problema de falta de gestão até porque parece que a cadeira do

Prefeito tem tachinha porque o cara não consegue ficar sentado lá e está mais preocupado em fazer campanha eleitoral e vender a cidade de São Paulo do que gerir a Prefeitura que é o compromisso que ele assumiu com a população quando se candidatou.

Então vemos uma peça orçamentária que está com uma previsão de aumento de arrecadação da Receita, como colocou a Margarida, nós vamos ter um aumento de 21.1 no IPTU, 12.8 no ISS, aumento de 16.3 de ITBI, vamos ter aumento no IRRF de 15%, ou seja, você está tendo aumento de arrecadação e você não vê isso na famigerada Cidade Linda que o Prefeito tanto gasta tempo da gestão para poder vender a sua campanha eleitoral e vender a cidade de São Paulo.

Temos hoje, segundo os cálculos que a gente fez, aproximadamente, 8,4 bilhões em caixa sobrando. Estamos chegando agora na reta final do ano, tivemos até setembro um superávit de 3.7 bilhões, uma arrecadação recorde e o que a gente vê é a cidade abandonada e os servidores perdendo a esperança e a vontade de exercer sua função porque o Prefeito e a gestão têm demonstrado não só no orçamento, mas no dia a dia uma falta de compromisso tremenda com os trabalhadores da Prefeitura de São Paulo.

O secretário Paulo coloca na apresentação dele que eles querem acabar com a política nefasta do zero vírgula zero um. A pergunta é: onde está no orçamento?

A gente não consegue perceber na Peça Orçamentária (Palmas) a proposta de acabar com o 0,01. Não há um real empenhado no Orçamento para a contratação de novos funcionários. Temos diversos trabalhadores aprovados no concurso público e não se vê isso, porque não é Peça Orçamentária, é peça de ficção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO GABRIEL - Para concluir, acredito que precisamos deixar claro o seguinte: eles têm apresentado a questão de fazer um ataque à nossa Previdência, falam em recomposição, algo que, em 2005, era obrigação do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, João.

O SR. JOÃO GABRIEL - Vou concluir. Era obrigação da gestão fazer o pagamento das aposentadorias, eles querem jogar no nosso colo e dizem que estão fazendo isso através de um processo de negociação. Isso também é uma farsa, porque a mesa de negociação passou a ser um balcão de informações. Eles nos informam, nós aceitamos e temos de ficar calados.

Agora, eles querem trazer aqui para a Câmara. Nós vamos voltar com os trabalhadores organizados e vamos fazer a negociação aqui, porque se não tem negociação com a gestão, nós viremos com os trabalhadores organizados em luta e vamos vencer essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, João Gabriel.

Tem a palavra o Sr. João Alberto, do Sinesp.

O SR. JOÃO ALBERTO – Boa tarde aos Srs. Vereadores, aos companheiros servidores públicos presentes na Casa. Agradecemos ao Presidente da Comissão, ao Relator, pela realização deste evento, mas não podemos deixar...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – João, me permita, eu não anunciei: temos a presença da Vereadora Janaína Lima, e do nobre Vereador Atílio Francisco, Relator do PPA. Por favor, Srs. Vereadores, venham compor a mesa conosco.

Desculpe, João. Você tem garantido seu tempo.

O SR. JOÃO ALBERTO – Agradecemos a presença dos demais Vereadores, mas não podemos deixar de lado a nossa reivindicação para que, no próximo ano, tenhamos comissão e audiência específicas para tratar das questões do funcionalismo. (Palmas).

Vamos começar pelo IPREM, foi surpreendente a fala que ouvi aqui de que o IPREM está há quase 13 anos para virar unidade gestora e até agora não virou. Qual a proposta para fazer com que vire? Onde está no Orçamento? Onde está na meta do Governo fazer com que o IPREM realmente vire uma unidade gestora? Parece normal. Está desde 2005 esperando para virar e não virou até hoje, tudo bem. Sem problemas.

Outra coisa que causa estranhamento é chamar uma dívida que a Prefeitura tem com o IPEM de deficit. Porque a Prefeitura criou o IPREM, transferiu o pagamento de todas as aposentadorias e não colocou um tostão dentro do IPREM. (Palmas) Existe uma dívida da Prefeitura e não deficit com o IPREM. Porque a obrigação de pagar as aposentadorias sempre foi da Prefeitura, agora que ela passou a dívida para o IPREM é deficit. Não dá para mascarar uma dívida que o Município tem com o funcionalismo pelo nome de deficit.

É importante mencionar que o representante do IPREM falou sobre a relação entre ativos e aposentados. Só que o serviço público na Cidade só cresce com terceirização, (Palmas) como que se tem uma relação diferente entre ativos e aposentados se não se faz concurso e, quando faz, não chama o concursado? (Palmas) É essa a realidade que nós vivemos.

O Secretário de Gestão se recusa a dar um calendário, um cronograma, de chamada de concurso. Nós temos milhares de pessoas esperando a chamada dos concursos, na Educação, na Assistência, para todo lado, ninguém é chamado e não há cronograma.

Ontem nós ouvimos a ameaça – porque para nós é ameaça – de dizer que só vai ter cronograma quando resolver a questão previdenciária.

Onde já se viu uma situação como essas? Como nós podemos imaginar que a Prefeitura inventou um jeito de prestar serviço público sem funcionário, porque pode acabar o cargo e não repor ninguém no lugar. Como que o serviço chega à população? Sem funcionário? Qual é o milagre que a Secretaria inventou para fazer serviço público sem funcionário?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO ALBERTO – Pois é. Vai cada vez ser menor.

Então o problema uma cidade que como o Secretário diz é focada numa estrutura

que tem de ter centralização no cliente cidadão, ou no cidadão cliente, só que não tem serviço para ele. Aposente-se e não fica ninguém no lugar.

Além disso, essa ameaça de que não vai ter pagamento para funcionário, porque a Cidade vai falir, porque veja o que aconteceu no Rio, veja o que aconteceu não sei onde, esta Administração pretende falir a Cidade numa gestão? Porque aqui não se gasta nem 38% da folha em pagamento. O que se vê nas cidades onde aconteceu isso, passa de 80% o custo da folha. (Palmas) Então vai ter corrupção suficiente para falir a Cidade numa gestão? Vamos estourar a folha de pagamento numa gestão, dando o reajuste que se dá nesta Cidade?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO ALBERTO – Por fim, não podemos deixar de mencionar a ameaça de aumentar em 3% a contribuição previdenciária numa cidade onde, desde 2005, o reajuste do funcionalismo é de 0,01%. Isso significa 300 anos de reajuste, 3% são 300 anos de 0,01%, se trata isso como uma piada, mas é um confisco no salário do funcionalismo. (Palmas) Não dá para aceitar esse tipo de solução, uma proposta de reestruturação do IPREM centrada em cargo de confiança com salário de marajá, quando se fala que o funcionalismo está falindo a Cidade. Realmente, não dá para aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO GABRIEL – Terminando, realmente achamos que o Relator vai precisar de um microscópio muito bom para encontrar onde, nesta Peça Orçamentária, tem reajuste acima de 0,01% para o funcionalismo. Porque realmente não dá para encontrar lá. Nós não encontramos. Esperamos que o Relator tenha um microscópio muito bom para encontrar reajuste lá.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, João.

Tem a palavra o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Bom dia. Primeiro quero falar para vocês entregarem os seus crachás, os que entraram agora na gestão, porque no discurso de vocês têm erros

crassos. Um fala que não deve procurar brechas nas leis para cumprir as coisas da Cidade. Aí uma secretaria não sustenta a outra, tipo o que o cara falou na gestão, acaba com essa nova secretaria. Olha que louco, acaba com a secretaria do preto e da mulher e faz uma secretaria de privatização. O discurso mentiu.

E aí o cara do SP Turis, toda a questão que ele fala, vai privatizar tudo, então você não tem mais a profissão, acabou, ele vai privatizar o bagulho ali.

Agora, qual é o problema? Eu pago esses impostos, pegam o dinheiro público, o patrimônio público e vão vender como se fossem deles. Porque vocês não pegam o patrimônio de vocês, parça? (Palmas) Vocês não entenderam o bagulho ainda? Vocês são loucos?

Desculpa, vocês estão no discurso de incompetentes, mano. Infelizmente vocês estão no discurso de incompetentes. Porque vocês não falaram o que vão fazer com o orçamento de 2018. O cara que veio falar da Previdência começou falar um monte de coisas que eu pensei que era a Previdência (Ininteligível) porque ele entendeu Previdência com previsão. Previsão do futuro. Porque ele não apresentou os dados de 2017. Vocês acham que nós somos idiotas? Vocês acham que a gente não estuda, também? Entreguem os seus crachás, porque vocês estão sustentando o desemprego de vocês. Prestem atenção na fala de um secretário para o outro. Vocês estão falando: esta secretaria vai para o saco. Não precisa dela. SP Turis não precisa, vai privatizar tudo.

Agora, João Doria, o outro que fez campanha publicitária aqui eu queria ver, ele falou que iria falar de relações internacionais da cidade de São Paulo e mostrou só as fotos do Doria. E aí ele cagueta o Doria lá atrás. Cagueta o Doria e, mais louco, o negócio do Doria é vender turismo, porque turismo não aparece, só que ele vai fazer esse negócio.

Ele acabou de revelar para a Cidade qual é o grande negócio desta Prefeitura: cagueta tudo, liga? Vocês não prestam atenção no que estão fazendo? Entreguem os crachás, por gentileza. Vocês são cidadãos, vocês pagam os impostos. Deem o dinheiro de vocês para mim, já que vocês querem o nosso dinheiro para vocês, deem o de vocês para mim. Eles estão

falando isso para vocês.

Vocês têm de ter dignidade e falar para o Prefeito: Prefeito, está errado; Prefeito, eu sou desta cidade, vamos mudar um pouco, não é isso. Vocês querem acabar com a cidade de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Conclua, Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Vocês não apresentaram o que vão fazer do Orçamento. Outra, bem louco – aí eu vou concluir -, tudo o que eles falam é que vão investir na saúde e na educação. Parças! Vocês não estão investindo em nada e ficam usando a saúde e a educação, porque vocês usam a saúde e a educação para ficar com esse caô? Parem de mentir, porque o que o cara aqui não revelou é que eles vão privatizar o “fludo”, mas tem um grupo que vai administrar o “fludo”. Quem de vocês vai administrar? Pare de caô para a gente. A gente não é idiota. Parem de vender a Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata.

Tem a palavra o Sr. João Batista Gomes, da Central Única dos Trabalhadores.

Anuncio a presença do Vereador André Santos, Pastor André Santos, o Vereador Isac Felix, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; Vereador Zé Turin nosso Sub-Relator para pasta da Cultura, aqui presente.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Bom dia aos colegas servidores, bom dia aos Vereadores. É difícil, eu participei também da audiência pública da Saúde, que tratou da autarquia hospitalar, do HSPM e também do Serviço Funerário.

Hoje a gente vê um batalhão de orçamento para discutir, mas o que tem em comum, já foi dito aqui, é mais uma peça de ficção científica. Na verdade, se comparam coisas diferentes.

Eu queria partir do orçamento da Saúde, para chegar à conversa do Secretário de Desestatização que é utilizar o dinheiro da desestatização para investir em saúde, educação, assistência. Mas a grande questão é que na audiência em que se discutiu o orçamento da

Saúde ocorreu exatamente o contrário.

O Secretário da Saúde havia anunciado, cerca de duas semanas antes, que precisaria cortar quatro bilhões do orçamento da Saúde, para poder adequar os equipamentos. Dentro desse plano de quatro bilhões, significava fechar unidade de saúde.

Aí vem o Secretário de Desestatização e diz que vai desestatizar para pegar esse dinheiro e aplicar na saúde, educação e assistência. Então quem está enganando quem? Vocês fazem parte do mesmo governo, precisam decidir. Eu acho que vocês estão querendo nos enganar, como foi dito aqui, mas acho que nós não estamos querendo ser enganados. Porque a gente conhece o serviço público e sabe como funciona.

Dei o exemplo da unidade básica de saúde do Horto Florestal que hoje é referência para dar vacinação da febre amarela que eles queriam fechar. Essa era uma das primeiras das unidades básicas de saúde que queriam fechar. Agora é a UBS que talvez hoje o Doria esteja visitando.

Eu gostaria de me dedicar à questão que o Fernando, do IPREM, disse, a respeito de 2005, quando começou a ser contributivo. Reporto aqui: *Folha S.Paulo*, 2005, 23 de fevereiro. Nesta mesma Câmara Municipal, Vereador Relator, foi aprovado que majoraria a contribuição do IPREM de 5 para 11%, em 2005. A matéria, com dados da própria Secretaria da Prefeitura, do então Prefeito José Serra, dizia o seguinte: “A dívida com o IPREM será zerada em 10 anos.”. Ele estava falando de uma dívida de 2,2 bilhões que existia. Aí vem o Fernando hoje, que serviu o Governo anterior também, apresentou o Projeto de Lei do Sampa Prev, tem lá o seu dedo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, João.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Concluindo, há 12 anos diziam que, em 10 anos, zerava o deficit. Agora, ele vem dizer que é impossível, é estrutural, o negócio vai acabar, vai explodir.

Eles publicaram, hoje, no *Diário Oficial*, dizendo que se não fizer isso, a partir de

2019, mantidas essas tendências atuais, a Prefeitura correrá o risco de ser obrigada a efetuar parcelamento dos compromissos da folha de pagamento de ativos, inativos e pensionistas. Ou seja, em 10 meses este Governo conseguiu transformar uma Prefeitura, que dispõe de 11 bilhões de reais em caixa, daqui dois anos não vai ter condições de pagar o salário do funcionalismo. Então tem alguma coisa errada. (Palmas)

E mais, eu já conversei com o Secretário e com o Fernando, eles publicam dados, no *Diário Oficial*, que são mentirosos. Se referem a duas reformas da Previdência, ou seja, uma do Lula, em 2013, outra da Dilma, em 2015. Só que esqueceram que, em 1998, o Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido do Doria, fez uma reforma que atacou a previdência dos servidores de alto a baixo e levou a esta situação de hoje, Relator Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, João.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Para terminar, nós insistimos na política de concursos públicos e de reajuste salarial. Nós queremos saber qual é a rubrica que tem aí neste orçamento para nomear os concursados e para dar o reajuste salarial. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, João.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – É ficção, porque se eles falam isso aqui, tem que ter no Orçamento; se não tem no Orçamento, desculpe, se a Câmara Municipal votar isso aqui, será a Câmara e os Vereadores que estarão sendo enganados e não o povo de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Antonio Marcelo.

O SR. ANTONIO MARCELO DE SOUZA LIMA – Bom dia a todos e todas, aos nobres Vereadores e ao Secretário que se encontra na mesa. Meu nome é Antonio Marcelo, sou conselheiro participativo pela Prefeitura Regional de Santo Amaro e pelo Distrito Campo Grande. Tivemos, até no ano passado, o Conselho do CPOP, Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo, que infelizmente foi extinto pelo Governo Doria e não trouxe a discussão com relação ao Orçamento da cidade de São Paulo, onde elenca com a periferia as

discussões das Prefeituras, com relação à zeladoria.

Nós tivemos, no ano passado, com relação à execução orçamentária da Prefeitura Regional de Santo Amaro, um orçamento, aprovado nesta Casa, de R\$ 41.716.510,00. Neste ano, foi aprovado, ainda está em discussão, mas já está publicado no site oficial da Prefeitura, R\$ 33.942.000,00, menos R\$ 7.774.000,00.

Meu amigo, é complicado falarmos deste valor, porque quando se trata de zeladoria, temos de olhar com cuidado, porque a zeladoria traz segurança, qualidade de vida, o bem-estar de quem mora na periferia, nas comunidades, lugares onde há córregos não canalizados, córregos e galerias a céu aberto, que com qualquer chuva ou temporal que caia, alaga tudo.

Estamos discutindo, com relação a esta Casa, pedindo até para que o nobre Vereador Ricardo Nunes, Relator da proposta, dê uma olhada neste orçamento, porque estamos falando só da Prefeitura Regional de Santo Amaro, não estamos falando da Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros, porque é preocupante ver dados com relação às nossas crianças, onde estão tirando o leite, as peruas escolares, tirando as vagas de creche e de escola. E fala que esse orçamento que foi aprovado, que foi um pouco mais de 2% com relação ao orçamento da LDO passada, que foi de 54,6, que esse ano está sendo aprovado 56 bilhões, é muito preocupante.

Eu falo em nome da região da zona sul, da periferia de Parelheiros, Grajaú, Pedreira, a região de Santo Amaro. Que se atentem àquele povo lá do fundão, porque o incentivo fiscal não chegou naquela região; chegou para duas prefeituras regionais, mas não chegou para as demais. E se atenta lá, porque lá tem gente de bem e tem pai de família e trabalhadores naquele local. (Palmas)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Antonio Marcelo de Souza. Cássio Vieira, depois Brasil Laerte, depois Durvalina.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Bom dia, vereadores, membros representantes do Executivo, colegas servidores, público em geral. Na qualidade de representante da Federação das Associações Sindicais Profissionais do Município – FASP, nossa preocupação aqui se refere à colocação por parte do membro do Governo, do Secretário Paulo, no sentido de que há uma pretensão do Governo de acabar com essa nefasta política, instituída aqui no Município há muitos anos, de 0,01%.

E por que isso nos preocupa? Porque o discurso precisa estar compatível com as ações e, até onde podemos enxergar, está obscuro, ou seja, está indo contra aquilo que esta administração tanto diz preservar, que é o princípio da transparência na administração público. Para nós está absolutamente obscuro qual é o montante que deve ser reservado para que haja o efetivo fim dessa política de 0,01%.

Muito se diz aqui que os servidores públicos hoje são responsáveis por tudo que está acontecendo no Brasil em termos de déficit previdenciário, questões da economia etc., a falência, de certa forma, de alguns serviços públicos em que a população está muito mal assistida por parte da Prefeitura. Mas o que se deve dizer é que a relação do servidor com a Prefeitura é completamente diversa daquela que existe com o empregado na iniciativa privada.

Nós aqui não temos direito a uma poupança equivalente a um salário por ano, que é o que ocorre na iniciativa privada. Nós não temos direito a participação em resultados. Nós não temos direito a uma série de benefícios, como à garantia de um dissídio digno e hoje estamos completando 14 anos sem reajuste salarial. Então não há como comparar a relação de emprego da iniciativa privada com a relação que existe no serviço público.

Não há como o servidor público ser tachado como responsável pelas mazelas que ocorrem hoje na economia brasileira e muito menos podemos nos conformar com a falta de um projeto que saneie em caráter definitivo o IPREM. Não é aumentando alíquota, não é instituindo um sistema de previdência complementar, que só vai agravar no curto prazo, durante os próximos 20 anos o déficit da previdência, que vamos acabar com esse problema.

Precisamos, sim, sanear as finanças do IPREM, cumprir a dívida que a Prefeitura tem com o IPREM, essa dívida de bilhões de reais.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cássio. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Presidente da confederação seguros dos comerciantes e empreendedores e empreendedoras dos bairros (ininteligível) da Cidade e do Estado de São Paulo, que é com São Paulo Empreendedorismo.

Eu vou começar pela previdência. Quando eu estava com 20 anos, em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte estava instalada, e participando também da 8ª conferência nacional de saúde, que na época tinha quase dois mil delegados e delegadas, eu apresentei uma tese com quase 150 páginas criando o SUS, o Sistema Único de Saúde no País. E a previdência que eu defendia na época não era o sistema de previdência que a Constituição depois criou vários *imbróglis*, que foi a aposentadoria suplementar. Isso é uma verdadeira vergonha no País.

Eu acho que todos os trabalhadores, servidores públicos e trabalhadores privados, são todos iguais. A gente defendia um teto de aposentadoria única. Hoje o teto mínimo da aposentadoria do servidor público é de nove mil reais, e o máximo vai até 40 a 50 mil reais; e no privado, o máximo é 1,7 mil reais. Uma verdadeira vergonha,

Tem que ter uma reforma previdenciária, não o desmonte da previdência igual esse bandoleiro Michel Temer está fazendo no País, que tem três aposentadorias. Ele deveria renunciar às duas para depois tentar pelo menos discutir com a Nação brasileira.

Voltando ao orçamento, São Paulo tem um PIB que atingiu, em 2016, 676 bilhões de reais, contribui com 40% para o Estado e 12% para a União. Depois faz um orçamento de 56 bilhões de reais, que sobram apenas migalhas (ininteligível) sociedade paulistana. Desse montante...

Eu denunciei, dez anos atrás, toda a roubalheira que está acontecendo aí, que

colocou toda a Nação brasileira em pânico. Esse ladrão, o Michel Temer, e os comparsas dele, têm a meta macabra de roubar 160 bilhões da Nação brasileira. Só daqui de São Paulo, os 12% são 35 bilhões que eles vão roubar da cidade de São Paulo, com a máfia que ele montou no País e aqui em São Paulo.

Só para dar uma ideia, só na Câmara que um grupo de vereadores ligados à banda podre, já receberam quase dois bilhões de reais. Eu fui para cima. Numa operação terrorista aqui dentro da biblioteca, que (ininteligível) para um grupo da Polícia Militar, para os gambés, numa operação que foi comandada pelo Sargento (ininteligível), que eu não reagi, os vagabundos me atacaram lá dentro, eu não reagi, me roubaram seis mil reais e vários documentos a mando desse ladrão do Michel Temer e os comparsas dele.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Brasil Laerte. Manda para a corregedoria da casa, por favor.

- Falas concomitantes.

O SR. BRASIL LAERTE- Corregedoria não vai adiantar nada. Então, para encerrar, São Paulo hoje tem 2,2 milhões desempregados. Isso é um verdadeiro absurdo. Eu, nas audiências públicas do PDE, apresentei uma tese de levar as empresas para os bairros e vilas da cidade de São Paulo, mas sem dinheiro não dá. Então eu devendo...

- Falas concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vamos falar do orçamento, sem ficar xingando e ofendendo os outros.

Vamos lá, Durvalina.

- Falas concomitantes.

O SR. BRASIL LAERTE - ...estou denunciando vagabundo, estou denunciando ladrão que durante longos anos vêm sucateando os cofres públicos e limpando os bolsos da Nação brasileira e colocando o País na bancarrota. É um bando de ladrões sem-vergonhas que deviam estar na cadeia. Não estou ofendendo ninguém, não.

É o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não tenho aqui um dispositivo para desligar microfone quando ouço tanta bobagem. Nós estamos aqui para tratar de orçamento. Aqui não é fórum de denúncia. Vá na corregedoria e diga lá, denuncie lá.

Durvalina.

A SRA. DURVALINA – Bom dia a todos e a todas, vereadores e vereadoras, colegas.

Primeiro ponto que eu quero colocar aqui é que eu acho uma coisa extremamente injusta é a pretensão de colocar o funcionalismo público, os servidores como os vilões do mundo, da cidade de São Paulo, do Estado, do País. Desculpem, nós não somos vilões coisíssima nenhuma! Nós somos trabalhadores do quadro da Prefeitura que devem cumprir suas obrigações para com a cidade de São Paulo, com a cidadania, não com clientes. Nós não somos clientes da Prefeitura. Isso não existe na nossa área. Cliente é na iniciativa privada. Nós somos promotores de direitos, estamos aqui para promover cidadania, e nós não aceitamos ser colocados como os vilões da história.

Nós não somos os vilões. Estamos com nossos salários depreciados, estamos numa situação complicadíssima em todas as unidades, há uma falta de servidores imensa, todo mundo está trabalhando no sacrifício, está muito difícil de a gente manter a qualidade dos serviços. Se isso é ser gestor, se isso é fazer uma boa gestão, desculpem, todos os cânones da administração foram para o espaço. Nunca vi um negócio desses. (Palmas)

Voltando ao caso específico de hoje, que é o orçamento, as despesas com ativos, inativos e pensionistas não chegam a 40% do orçamento. E vejam que é por meio dos funcionários públicos que a prefeitura tem que cumprir suas obrigações. Nós não estamos recebendo um favor. Não, é salário, é aposentadoria, é pensão, é direito do trabalhador, daquele que realiza, daquele que faz a prefeitura acontecer. (Palmas)

Na receita orçamentária há estimativa de arrecadar R\$ 2.000.420.496,00 com o

imposto de renda descontado dos servidores. Vocês sabiam que o nosso imposto de renda fica direto na prefeitura, ele não vai embora? E essa conta nunca entra em nenhum dos 500 mil *slides* que passam para nós, está sempre faltando esse pedaço. (Palmas) As nossas contribuições específicas estão na casa de R\$ 1.000.401.240,00. Esse montante, a soma, dá R\$ 3.000.821.000,00. Ou seja, o gasto efetivo com os servidores - porque temos que descontar a parte que nós próprios colocamos – é de 32,74%.

Quero ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê um limite de 60% do orçamento. Isso não é brincadeira, porque a Prefeitura é diferente do Estado e da Federação, ela tem uma obrigação maior de prestação de serviços, portanto ela precisa de uma folha de pagamento mais forte, mais pesada, para dar conta disso. O limite prudencial é 55%. Nós estamos muito longe disto.

Outra coisa é a respeito do Iprem. Quando o Iprem recebe a obrigação de pagar nossas aposentadorias, que sempre foram pagas pelo Tesouro, isso sempre fez parte dessa massa salarial que nos diz respeito, ele não foi lastreado, não teve lastro, não teve capitalização. Agora vem com essa novidade, que tem déficit. Não é déficit, nada. Não tem déficit nenhum. É obrigação da Prefeitura pagar nossas aposentadorias, já que isso foi passado para o Iprem sem o respectivo lastro. Quando isso aconteceu, em 2005 e *a posteriori* não foi lastro para o Iprem, não foi nada. Ao contrário, o Serra, na época, a Prefeitura autoperdoou a dívida que tinha com o Iprem. E agora nós é que somos responsáveis por isso? De jeito nenhum.

Para finalizar, a gente queria os dados dos quase três mil contratos de terceirizados, porque disso ninguém fala. E nós queremos também saber, por exemplo, o terreno do Anhembi, só o terreno do Anhembi, vale quatro bilhões – foi o que foi levantado. Como assim? Vai vender Anhembi, Interlagos, não sei o quê, e a gente vai receber cinco bilhões em quatro anos, a Prefeitura vai receber? Essa conta está muito esquisita, me desculpem. Para quem se arvora ser um gestor, um administrador, não está dando para

entender bem.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Durvalina.

Tem seis inscritos. Eu vou finalizar as inscrições, depois ouvir todos. Tem ainda a apresentação do diretor da divisão da dívida da Secretaria da Fazenda. O Marcelo Leitão também trouxe uma apresentação sobre a Companhia São Paulo de Desenvolvimento, Mobilização de Ativos. O Major Lino também vai fazer uso da palavra representando aqui... O Corpo de Bombeiros, qual Secretaria?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Encargos gerais. Só para identificação. Tem mais ainda? Então vamos lá, Carlos.

O SR. CARLOS – Boa tarde, Vereador Jair Tatto, demais componentes da Mesa, companheiros e companheiras presentes. Falo em nome do Sindicato dos Engenheiros, representando os engenheiros servidores da Prefeitura do Município.

Corroboramos todas as críticas apontadas pelos colegas representantes das demais entidades e quero aproveitar o curto espaço de tempo para focar um pouco na questão da engenharia da Cidade, que reflete na zeladoria da Cidade.

Hoje nós temos 1.072 profissionais para toda a Prefeitura, entre engenheiros, arquitetos e geólogos que fazem parte da carreira QAG no Município. Nas prefeituras regionais são 370, apenas 370 profissionais para todas as 32 prefeituras regionais. Falta mão de obra, falta pessoal, que é um componente essencial na zeladoria da Cidade.

Desculpem estar falando em nome dos engenheiros, mas todo mundo falou aqui.

Isso daí reflete sobretudo nos momentos em que nós vamos entrar agora, momento de grande chuva. É uma tragédia anunciada. Os cortes de verbas havidos na limpeza das galerias pluviais, na arborização, na poda de árvores, isso vai estourar. Tudo que a gente viu no ano passado nós vamos ver potencializado neste ano.

Não temos previsão de concurso público para engenheiros, arquitetos e geólogos. Desse total de 1.072, 426 estão no Nível 3 e vão se aposentar de agora até daqui a três anos. Então vai haver uma perda de profissionais com graves consequências para a Cidade.

E gestão, no modo nosso de ver, gestão pública não tem nada a ver com iniciativa privada. Na iniciativa privada, eu sou o dono do negócio, chamo meu assessor de fronteira e quero 100 computadores aqui. É diferente na gestão pública, mas isso não está sendo respeitado. Não adianta vir aqui com números, a gente sabe brincar com eles, sabe trabalhar com eles, pra isso temos larga experiência e escolaridade.

Então peço a atenção da Câmara Municipal de São Paulo no sentido da valorização dos servidores, por um reajuste salarial justo, repondo o poder de compra, e concurso público, sobretudo para as áreas técnicas. Quem mais vai ser penalizado devido à falta desses profissionais é a população mais humilde, que vai enfrentar – como disse o nosso companheiro de Santo Amaro – enchente, epidemia, queda de árvore, queda de energia por causa da queda de árvore e perda patrimonial.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Claudete Alves, do Sindicato dos Educadores da Infância – Sedin. Sempre será garantido o tempo da sempre Vereadora Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde a todos. Na pessoa do Vereador Jair Tatto, quero cumprimentar todos os presentes.

Queria, de novo, sempre que venho em reunião de Orçamento digo o seguinte: o Prefeito tem intenções boas ou más, mas as intenções do Prefeito só serão possíveis de serem executadas se a Câmara Municipal de São Paulo aprovar. Costumo dizer que aqui é onde podemos ter a garantia de sermos ouvidos verdadeiramente ou não porque se os Vereadores não aprovarem, não tem como fazer. Os garantidores dos direitos ou da retirada dos direitos

são os Vereadores. Começamos então por aí.

Mas, quero dizer, Margarida, você me contemplou enquanto representante do fórum, assim como outros companheiros, e não vou repetir, mas quero trazer uma coisa nova dirigida, inclusive, aos Vereadores presentes e pedindo que a Sra. Beatriz e o Sr. Wilson Poit respondam o meu questionamento.

Antecedendo o Dia da Criança, o Prefeito sancionou uma lei, não sei se o projeto é 27 e o final é 710, da Vereadora Janaina, referente à articulação das políticas públicas em torno da primeira infância. E tem um colega Vereador que preside um sindicato importante da Educação que tem divulgado nas escolas que os Vereadores desta Casa aprovaram – e sabendo que seria sancionada pelo Prefeito – essa lei, lei que privatiza toda educação infantil na cidade de São Paulo. Tem mais: ele tem divulgado em alto e bom som em todas as escolas, dizendo que os únicos Vereadores que não votaram nessa maldade, na privatização de toda a educação infantil da cidade de São Paulo, foi ele e o Colega Vespoli, que também é educador.

Por que estou trazendo aqui esse assunto? Porque aqui é momento de dizer o que será feito o ano que vem. Se 53 Vereadores aprovaram uma lei dando carta branca, segundo o Vereador Claudio Fonseca – e ele tem dito isso em todas as escolas -, se vão privatizar toda a Educação Infantil, mas nas falas aqui eu não ouvi nem o Secretário da Desestatização nem a Beatriz dizer como vai ser. E se eu vou privatizar toda Educação Infantil, isso tem de constar do Orçamento, não é?

A Educação Infantil na rede direta é ofertada pelas CEIs e EMEIs. Então se os senhores – com exceção do Vespoli e do Claudio Fonseca – aprovaram uma lei que privatiza, que possibilita ao Prefeito privatizar toda Educação Infantil, essa questão tem de aparecer no Orçamento porque haverá um grande impacto relacionado a essa lei.

Então gostaria de um esclarecimento, mais especificamente me dirigindo à Beatriz, e eu já falei com ela numa audiência pública. O Prefeito assinou acordo com o Tribunal de

Justiça dizendo que vai zerar as vagas na Educação Infantil – de zero a quatro anos – no ano que vem. A senhora é a responsável pelas parcerias público-privadas, e em alguns lugares tem dito que essa demanda será atendida pelas PPPs. Qual é então o meu questionamento?

- Manifestação do Sr. Presidente.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Eu vou concluir mesmo, mas acho que é um debate que não veio e é importante porque eu quero ouvir a Vereadora Janaina a essa respeito.

Se vão atender à demanda da educação infantil com a PPP, esse mesmo Vereador apresentou projeto que transforma o cargo de pei – professora de educação infantil num modo generalista, em professor de educação infantil e fundamental, e aí então resolve um problema para o Governo não chamar professor que está faltando nas EMEFs. Também, esse Vereador é da base do Governo. Então este momento do Orçamento é também para tranquilizar a rede principalmente os servidores.

Queria que o Secretário da Desestatização, que sim, eu acho, garante ao Prefeito vender a cidade, privatizar, passar para a parceira; e a Ana Beatriz; perguntar o que há de verdade nisso, e se há: quais são os números e o que será feito?

E para concluir mesmo, é um Vereador que está espalhando nas escolas que só apresentou esse projeto de transformação de cargo pra garantir o emprego dos professores da educação infantil porque, como vai ser privatizada, se não transformar os cargos, eles poderão ser mandados embora.

Concluo com um último questionamento: é inaceitável a alegação de que terá de apresentar um calendário de *atrasamento* de salário dos servidores ou parcelamento, sendo que está muito distante, como disse à companheira que me antecedeu, da Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo não gasta com a folha, não chega a 39% o gasto com a folha, e esse é um indicador seguro de que há saneamento na questão da folha. E a custa de quem? A custa dos servidores públicos que, há muitos anos, estão com os salários achatados e não podem agora, pelo modelo de gestão, pagar novamente a conta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Francisco Ernani.

O SR. FRANCISCO ERNANI – Boa tarde a todos, aos nobres Vereadores, demais presentes. Estou presidindo a Associação dos Contadores Municipais. Com muita honra, falo em nome deles e dos demais servidores.

Na apresentação o Secretário de Gestão elencou oito ações que a sua pasta executou, ao longo desse exercício, das quais vou destacar apenas duas, quais sejam: cultura de alto desempenho para servidores e redução de gastos. Eu, como contador, vejo aqui uma equação perfeita e gostaria que o Secretário de Gestão e demais membros vislumbrassem essa possibilidade.

Vejam que interessante: todos os colegas que me antecederam falaram de diversos assuntos, mas primordialmente, preponderantemente quanto à questão da valorização salarial. Aliás, da valorização do servidor.

Quando falo que a equação é perfeita, eu digo o seguinte: quando há ação de cultura de alto desempenho dos servidores, com certeza o alto desempenho está atrelado à sua satisfação pessoal e familiar, está atrelado à sua sobrevivência; está atrelado à sua família, portanto, atrelado à valorização do servidor mediante reposição salarial. E não estou falando de aumento, que é o que nós merecemos, estou falando de reposição da corrosão da inflação, que nós não temos há décadas, e isso é fato, é incontroverso.

Todos nós, servidores, precisamos sim de revalorização mediante reajuste salarial, e a equação fecha porque com a redução de gastos, poderiam ser revertidos os gastos que foram reduzidos, essa economia nas despesas, a economia orçamentária poderia ser revertida na concessão de reajuste salarial, ou melhor, na revalorização dos servidores. Também para convocação de concursos, para chamar servidores concursados porque com essa política de redução, com a qual concordo, corroboro, com essa política ocorreram exonerações. Lá na ponta os servidores estão sobrecarregados. Desculpa, essa carga de trabalho não contribui em

nada com a cultura de alto desempenho dos servidores. Ao contrario, essa política contribuiu com o desempenho e não com o empenho.

Portanto, reitero, corroboro com os colegas que me antecederam, peço a atenção desta egrégia Câmara Municipal de São Paulo, dos nobres Vereadores, de todos os gestores presentes, por favor, um pouquinho de atenção para os servidores. Nós estamos levando e vamos levar qualidade para a população, pois somos nós que executamos os serviços lá na ponta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou pedir a compreensão de vocês, repito, tenho um compromisso familiar inadiável.

Certamente o relator sabe, estive em todas as reuniões e estarei em todas, e no quesito Educação, a Claudete fez exposição, mas nós teremos a audiência da Educação, se não me engano, dia 6, quando então vamos debater mais.

Dizer a todos que o José de Souza, que é Diretor da Divisão da Fazenda fará exposição; Marcelo Leitão da Cia São Paulo de Desenvolvimento também fará exposição; e o Major Lino também fará uso da palavra. Temos então: Letícia do Vale, Fernanda Machado, Diogo da Luz, Cléber, Valdemar Bombini e João de Amaro.

Se me permitirem, peço licença aos Colegas Vereadores, ao Secretário Wilson Poit, mas não posso deixar passar a oportunidade, dizer que estamos procurando fazer um grande debate, mas eu diria: está manca a presença do Governo com relação aos dados. Os Secretários têm vindo, acho que melhorou bem em relação ao prestígio desta comissão, nobre relator, mas a dificuldade está em identificar esse dinheiro todo que entra, Secretário Wilson Poit.

Criou-se uma fonte específica, a fonte 10, que é dinheiro das privatizações. Tem um bi aqui, mas não conseguimos interpretar aonde gasta.

Com relação ao funcionalismo, eu tenho a tarefa de presidir, mas evidentemente,

não vou fazer daqui palanque, mas me consta – estou no quinto ano desta Comissão, presidindo – o funcionalismo do Município de São Paulo não passa de 38% do Orçamento da cidade de São Paulo. Então não dá, não faço média, mas não tem mais desculpa, dá para aumentar a carga com relação ao funcionalismo porque a Constituição Federal permite até 54%, e eu também acharia absurdo todo esse valor. O Toninho Vespoli milita muito nesse setor, defende muito, e eu acho que é isso.

O Prefeito falou que vai arrecadar cinco bi, já falou em sete bi, e dependendo muda. O Secretário Wilson Poit disse que a previsão é de cinco, foi questionado, e nós vamos ver. Se o dinheiro vem, nobre relator, o senhor vai estar melhor que o Silvio Santos: quem quer dinheiro? Porque se vier tudo isso... Porque aumenta a arrecadação, e este Governo, diz ele, diz drasticamente: os gastos são exorbitantes, os gastos são desnecessários. Então estão gastando muito menos e entrando muito mais, e não tá dando pra entender direito o Orçamento, não dá!

Hoje, por exemplo, trouxeram *slides*, o Secretário Wilson Poit não trouxe números, trouxe figuras, trouxe um vídeo. Eu chamo de *slide* porque sou antigo e lá estava escrito: cinco bi em quatro anos. Vamos tentar dizer pra onde vai.! Pode ir um pouquinho para o funcionalismo? Porque no Orçamento não está dizendo pra onde vai, mas vamos fazer uma ponte geral.

Faço essa proposta ao nosso relator porque ontem aprovamos mais um bi com mais 250, ligado à Educação, aprovamos empréstimo, empréstimo que o governo passado não pode fazer. Ele ficou quatro anos renegociando porque não é que pagou a dívida, renegociou.

O mais importante então é a capacidade de pedir dinheiro. Vocês que são contadores sabem disso. Ontem o Governo não perdeu essa oportunidade e *cascou* 1,250 bi de empréstimo porque o governo anterior permitiu que a cidade de São Paulo tivesse tal capacidade.

Eu não sou muito especialista nessa coisa do Orçamento, estou aprendendo, mas

que nem diz o pirata: *mano, tá esquisito, não dá meu!* ? Fala que economizou... Então esse Governo é muito competente no que diz respeito a arrecadar, é dos mais competentes que já vi pra arrecadar, mas é o mais incompetente na capacidade de gastar. Então é um péssimo gestor, o bom gestor não é aquele que vende e não sabe administrar. Se fosse bom gestor pegava o Autódromo e falava: o bom gestor vai transformar em lucro o Pacaembu.

Não quero também, como Presidente de Comissão, nenhum órgão público dando prejuízo na cidade de São Paulo, ninguém quer, nem na casa da gente a gente quer. Mas estão vendendo o sofá, já foram para o fogão, à próxima vendida será a geladeira, e a casa? Pra vender a casa de vez, está chegando na Câmara. Em quatro anos acaba o dinheiro: não tem sofá, não tem geladeira, não tem fogão, não tem mais casa, e cadê? Vão vender o que mais no futuro?

Queria então deixar essa mensagem, se me permitem, agradecer a paciência de vocês, Vereador Ricardo Nunes. E passo a presidência para o Vereador Isac Félix.

As perguntas e respostas que darão chegarão até mim, e estarei na próxima.

Muito obrigado pela compreensão.

(Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Isac Félix.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Boa tarde a todos. Vamos dar sequência à audiência. O senhor pode falar.

O SR. LUAN – Boa tarde. Sou da campanha São Paulo Não Está À Venda.

Foi oportuna a fala do Vereador Tatto porque eu tenho alguns questionamentos no mesmo sentido. A impressão que tenho é que vai se consolidando como marca desse Governo o *marketing* baseado na mentira, na desfaçatez, na enganação.

O Secretário de Desestatização vem aqui, exibiu um vídeo, um vídeo vergonhoso que vende a cidade de São Paulo, em inglês, e depois diz assim: não, nós temos orgulho de São Paulo. Mas que orgulho é esse que vende a cidade de São Paulo inteira, que oferece a

cidade de São Paulo na bacia das almas? E a Cidade pouco a pouco vai sendo vendida ou, na verdade, o Prefeito vai recebendo desta Câmara autorização para vender a Cidade como ele quiser porque a venda não começou propriamente e vai ter resistência, mas pouco a pouco a Cidade vai sendo vendida e o Governo faz uma chantagem. Qual é a chantagem que o Governo faz? Não tem como vocês quererem que a gente fique gastando com o autódromo, com estádio porque precisa investir em Educação, em Saúde, mas essa é uma chantagem mentirosa ainda por cima, basta ver os dados que o Governo apresenta. Qual é a proposta orçamentária do Governo para as questões ditas principais?

A Secretaria Municipal de Habitação tem uma redução de 33%, segundo a proposta que foi apresentada nesta Casa, para o ano que vem. A Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, redução de 34%. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, redução de 24%. A Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte, redução de 1,4%. A Secretaria Municipal de Cultura, redução de 15%. A Secretaria Municipal de Educação tem uma ampliação de 2%, abaixo da inflação. A Secretaria Municipal de Saúde tem a ampliação de 1%, abaixo da inflação. O Fundo Municipal de Assistência Social tem ampliação de 0,2%, abaixo da inflação.

Então, onde está o investimento prioritário do Governo a partir da arrecadação que seria feito com as privatizações nesse valor estratosférico que foi apresentado aqui de cinco bilhões em quatro anos ou mesmo desse valor que está sendo projetado de um bilhão só para este ano de 2018?

Então, é uma chantagem e uma chantagem mentirosa o que o Governo faz. Diz que quer privatizar estádio, quer privatizar autódromo para poder investir em Educação, Saúde, Assistência e não sei o que lá, mas o dinheiro não aparece, não há previsão de ampliar o orçamento nessas áreas. Em geral, a redução das principais áreas de investimento da Prefeitura e, na verdade, quem sai feliz são os investidores internacionais, os empresários, os amigos deste Governo que vão poder encher o bolso de dinheiro a partir da venda da cidade de São Paulo.

É preciso deixar claro que vai haver resistência da população, Temos feito uma campanha que está tomando as ruas contra as privatizações e as pessoas vêm assinar o nosso abaixo-assinado que pede um plebiscito para que o povo possa decidir e não o Prefeito possa vender da maneira que ele quiser. Cada dia mais as pessoas vêm dizer: “É contra o Doria, eu assino. Para não deixar o Doria vender a Cidade, eu assino.”

Basta vermos as pesquisas. Em abril o *Datafolha* fez um monte de pesquisa que mostra que a população não é a favor das privatizações porque o povo sabe o que significa privatização. Significa que vai continuar pagando a mesma carga alta de imposto – não estou falando de empresário porque empresário não paga imposto alto neste País, estou falando do trabalhador – e não vai ter acesso a serviços públicos de qualidade, vai ver seu patrimônio público vendido, vai ter dificuldade de acessar os bens que fornece o serviço público essencial e também aqueles de cultura, lazer e outros.

Essa situação é vergonhosa. A Prefeitura tem de dar resposta à população sobre essa situação e, francamente, parar de vender a cidade de São Paulo ou então vai enfrentar a força do povo nas ruas que cada dia mais está mostrando que não vai aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Letícia do Vale.

A SRA. LETÍCIA DO VALE – Bom dia a todos.

Gostaria de colocar a situação dos AGPPs do último concurso. Somos mil aprovados e quatro mil no cadastro de reserva. É um cargo que já está há 10 anos sem nenhuma nomeação. Precisamos aumentar a força de trabalho. Há um déficit muito grande.

No Portal da Transparência diz que o déficit é de mais de 11 mil pessoas. Até o momento não temos nenhum cronograma e nenhuma rubrica para este concurso. Gostaria de pedir uma rubrica para este concurso de pelo menos dois mil no ano que vem.

Recentemente, o Tribunal de Contas nos deu um parecer falando do déficit que é muito grande.

Então, gostaria que vocês vissem essa situação que está caótica e gostaria de

salientar que estamos todos à espera de dados e não só falar que é possível, precisamos passar a previdência, precisamos desses dados, de um cronograma que seja factível com essa situação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Fernanda Machado.

A SRA. FERNANDA MACHADO – Bom dia a todos.

Vou falar também sobre o concurso dos AGPPs. Quero reforçar o que a colega falou que existe um déficit de mais de 11 mil cargos vagos, uma média de aproximadamente 600 aposentadorias por ano e mais de mil servidores com abono permanência. O último concurso foi em 2008. Ano que vem completa 10 anos sem nomeações para esse cargo. Queria lembrar que no *Diário Oficial do Município*, do dia 11/10, foi relatada através de auditorias periódicas essa deficiência de funcionários, de AGPPs. Desde 2011 está com esse problema. Em 2015, outra auditoria constatou o mesmo problema e esse parecer do Tribunal de Contas do Município no *Diário Oficial* ainda lembra o concurso de 2016 e fala que não houve nenhuma nomeação até o momento apesar de mais de um ano de homologado.

Queria pedir uma rubrica, protocolar. Eu trouxe um ofício e peço ao nobre Vereador Ricardo Nunes que olhe com carinho para a nossa causa solicitando a rubrica para a nomeação desses concursados que aguardam há mais de um ano pela nomeação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado, Fernanda.

Diogo da Luz.

O SR. DIOGO DA LUZ – Boa tarde a todos. Eu sou um dos funcionários presente. Falo como munícipe que quer, antes de tudo, uma cidade melhor para viver. Temos visto que os recursos são limitados senão faltantes até e todos queremos ainda mais serviços, mas nenhum de nós está disposto a pagar mais impostos, a dar mais contribuição em dinheiro para a Prefeitura.

Diante disso vemos que em muitos serviços a iniciativa privada está muito disposta a entrar e participar com seus recursos e nos atender. Isso vai trazer economia para a Prefeitura e é muito bem vindo. Tem de aproveitar esse momento e permitir que a iniciativa privada venha.

Eu não vejo como vender a Cidade. Nenhuma prefeitura em lugar nenhum do mundo é dona de uma cidade. A Prefeitura organiza a relação entre as pessoas. É muito mais proveitoso que os eventos esportivos e todas as atividades que não sejam essenciais sejam feitas por empresas privadas e vai lá quem quer pagando o seu ingresso.

A Prefeitura não é administradora de imóveis, é organizadora de relação entre as pessoas. Peço encarecidamente que vendam tudo àquilo que não diz respeito à atividade essencial da Prefeitura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado. Vamos ouvir agora o Major Lino.

O SR. EDSON LINO – Bom dia. Sou o Major Edson Lino e sou responsável pelas finanças do Corpo de Bombeiros no Município de São Paulo.

Considero importantíssima a oportunidade que temos de discutir o orçamento nesta Casa. O orçamento produzido pela Prefeitura e dedicado ao Corpo de Bombeiros é insuficiente, como já foi falado. É importante trazermos a necessidade dos nossos serviços para que a gente consiga aumentar essa dotação.

Tenho certeza de que não preciso falar sobre a eficiência do Corpo de Bombeiros. Creio que todos já sabem porque de alguma forma já foram atendidos, já tenham algum vizinho, a televisão está mostrando a toda hora os nossos serviços, mas me permitam expor alguns dados.

O Corpo de Bombeiros é composto por um centro de comunicações, 42 postos de bombeiros, um centro de manutenção e atendemos hoje cerca de sete mil ligações no nosso

centro de operações. O que significa isso? Significa que sete mil pessoas estão nos ligando por algum motivo. Dessas ligações, 10% geram ocorrências. O que importa isso? A pessoa que liga para o Corpo de Bombeiros que precisa de auxílio quer ser atendida imediatamente, no primeiro toque. Ela não quer saber se o bombeiro tem recurso, se tem atendentes, se tem computador para registrar ocorrência ou se tem bombeiro para ir atendê-la. Ela quer ser atendida e esse é o nosso mantra.

Na verdade, a nossa meta para o atendimento de ligações é atender no primeiro toque. Então, estamos em um trabalho constante, incansável para alcançarmos essa meta. Não peço para vocês ligarem agora para o nosso centro de operações porque iria causar, com certeza, um problema para quem está precisando, mas imaginem vocês em um acidente, em queda de moto, em um acidente de trânsito em que as pessoas ficam presas nas ferragens ligarem para o Corpo de Bombeiros e termos a musiquinha falando que os atendentes estão ocupados, liguem daqui a três minutos, aguardem um momento. A pessoa ferida não tem esse tempo. Lembro a vocês que uma ocorrência grave de uma grande hemorragia, em cinco minutos, a pessoa morre. Uma casa pegando fogo na periferia, em três minutos, não conseguimos mais combater aquele incêndio. A pessoa perde aqueles bens.

Então, falo em nome do Bombeiro, para conseguir sensibilizar os nossos Vereadores para que deem um aporte nesse orçamento. O orçamento que foi mandado para a Prefeitura para ser analisado estava previsto algo em torno de 71 milhões de reais. 71 milhões de reais é a condição ideal para o bombeiro trabalhar.

Sabemos da dificuldade da Cidade, sabemos dos problemas que enfrentamos por receitas e conseguimos abaixar esse orçamento para algo em torno de 57 milhões, que se me permitem, vou descrever algumas coisas pontuais que estamos pedindo.

Foi-nos colocado à disposição algo em torno de 26 milhões de reais. Esses 26 milhões de reais não cobrem os nossos contratos, não cobrem o mínimo necessário para manter os nossos postos em operação. O que significa isso? Significa que aquele posto da

Cidade Tiradentes que tiver uma ocorrência, vamos atender, só que vamos ter de deslocar uma viatura de um ponto muito mais distante para chegar lá.

Quando traduzimos isso na vítima, como já expliquei, seria importante explicar isso a ela. Então, o nosso apelo é para que vocês olhem por nós. Não estamos pedindo perfumaria. Estamos pedindo essência.

No nosso orçamento pedimos para comprar mangueiras, um estrato para gerar espuma para que a gente consiga apagar o incêndio.

O Corpo de Bombeiros tem um convênio com a Prefeitura e com o Estado. Obviamente poderíamos debater esse caso em um momento mais propício e me coloco à disposição.

O Corpo de Bombeiros atende com o número 193. Liguem assim que precisarem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado. Vamos ouvir agora José de Souza, Diretor da Divisão da Dívida, da Secretaria da Fazenda.

A Secretaria sugeriu que o Ahmed respondesse especificamente o bombeiro.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Boa tarde a todos.

Meu nome é Ahmed, sou Coordenador Geral do Orçamento. Na verdade, só esclarecendo uma das perguntas que foram feitas para o Secretário Paulo quando ele estava apresentando sobre os encargos gerais, sobre a possibilidade de deslocar o orçamento que está previsto para encargos gerais para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que vai executar esse orçamento.

Na verdade, a gente coloca encargos gerais para despesas, gastos, enfim, em que não são específicos de secretaria A ou B, são de toda a Prefeitura, por exemplo, uma dívida, esse convênio celebrado entre o Estado e o Município que prevê algumas despesas rígidas que necessariamente devem ser gastas pelo Município e outras que são facultativas, como compra de veículos, investimentos maiores que são facultados ao Município executar ou não.

Antigamente, tínhamos a obrigatoriedade de execução do serviço de bombeiro que ficava com Secretaria de Serviços, executada na 28, encargos gerais. Ela continua sendo executada em encargos gerais por essa natureza mais abrangente. Não pertence à secretaria A ou B, pertence à Prefeitura como um todo.

Com relação ao orçamento, recebemos demandas de todas as Secretarias e tivemos um trabalho grande de readequação ao nível de serviço, ao básico, como bem dito pelo Major. Há uma previsão, na verdade já há uma liquidação um pagamento de 22 milhões este ano, abaixo dos 34 que haviam sido previstos, salvo engano são seis milhões congelados ainda para o Corpo de Bombeiros, mas esses 26 milhões na proposta orçamentária estão em discussão e são números que podem ser discutidos nesta Casa, mas é com base na liquidação do ano é que foi feita essa proposta cuja execução é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Então, só essa questão de realocação é que não será possível deixar com segurança urbana essa questão da execução e da dotação orçamentária como haviam dito no início da fala do Secretário Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Muito obrigado. Vamos ouvir agora José de Souza, Diretor da Divisão da Dívida, da Secretaria da Fazenda.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Venho apresentar a realização dos serviços da dívida no período de 2012 a 16 e a previsão de 2017 a 18, bem como operações de créditos empenhadas e a composição da dívida prevista ao final de 2017.

- O orador passa a referir-se às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Este quadro do serviço da dívida realizado no período de 2012 a 2017. 2017 realizado até outubro e previsto até o final do ano e previsão 2018, que

pode ser mais bem elucidado através do gráfico no próximo *slide*.

Aqui podemos verificar que, de 2012 a 2014, a dívida era crescente e o principal motivo foi a dívida refinanciada no âmbito da União, pois previa pagamentos limitados a 13% da receita líquida real e o saldo não pago seria incorporado ao saldo devedor.

A partir de 2015, com a renegociação da dívida, através da Lei 148/2014, essa situação se tornou menos onerosa para o Município. Entretanto, ainda assim prevê uma oneração de 5,9% do total do orçamento, para 2018. É bastante custoso ainda para o Município.

Esse quadro apresenta os valores executados, realizados no período de 2012 a 2017, assim como o anterior, só que especificamente do contrato mais oneroso, que é o de maior impacto nas finanças do Município. Para 2018, representa 5,3% do orçamento total previsto para o ano. Próximo, por favor.

Este quadro representa o serviço da dívida realizada com os demais contratos. Esses seguiram o fluxo normal do endividamento que é a redução dos valores pagos ao longo do tempo, ao contrário do contrato de maior impacto que teria seus pagamentos limitados aos 13% da receita líquida real, como eu disse antes. Próximo, por gentileza.

Este quadro representa os valores gastos com a dívida externa. Esses contratos apresentam maior risco, porque dependem da variação cambial, mas, no entanto, eles representam apenas 1,7% do total da dívida pública do Município. Próximo, por gentileza.

Aqui segue a previsão orçamentária para 2018. O contrato de maior impacto vai consumir 1,14 bilhão, com pagamento de juros; 1,85 bilhão, com pagamento de amortização. O que continua o crescimento do valor a ser dispendido com o pagamento desse contrato, no entanto, o que se percebe é que, ao final de 2030, conseguiremos quitar totalmente a dívida, situação que, antes da negociação, não era prevista. Previa-se um saldo de 200 bilhões, ao final de 2030, e deveria ser quitado em apenas 10 anos, após esse período. Então, o advento da Lei 148/2014, pôde equacionar essa questão, ainda assim repiso que continua sendo

bastante oneroso por consumir 5,3 do orçamento da total da Prefeitura. Próximo, por favor.

Esse *slide* representa o total da dívida com os demais contratos, 0,03 bilhão, para pagamento de juros e, 0,17, para pagamento de amortização, num total de 83% do total do orçamento para essa rubrica para amortização, 17% para pagamento de juros.

Nesse próximo *slide*, trata-se do orçamento de juros para pagamento da dívida externa, apenas 0,01, ou seja, 10 milhões - porque os dados estão em bilhões -, 10 milhões de juros da dívida externa e 120 milhões para pagamento da amortização da dívida externa. O próximo, por gentileza.

Nesse *slide* representa os indexadores atrelados a cada uma das nossas dívidas. Pode-se observar que o IPCA e Selic representam a indexação do nosso contrato de maior impacto que é o renegociado no âmbito da União. O que podemos perceber disso é que, caso haja aumento da inflação, nós correremos o risco de ter de suplementar o orçamento, que pode não ser suficiente para arcar com o custo desse contrato. Os outros índices são: o dólar, que indexa o contrato da dívida externa; a TJLP, os contratos com o BNDES, e a Selic que são os demais contratos com a União, no âmbito de parcelamento de INSS, Pasep.

Podemos concluir que o aumento da inflação pode aumentar a participação da dívida de maior impacto no orçamento da Prefeitura. No entanto, no ano de 2017, com a queda da inflação, nos últimos meses, esse impacto foi reduzido e foi realizado um pouco abaixo do que foi projetado para 2017.

Neste gráfico estão demonstradas as ações de Governo que pretendem captar recursos para aplicação em projetos considerados importantes, que são as operações de créditos pleiteadas. São 327 para aplicação em Saúde, recursos que serão captados no mercado externo, representam 24% do total dessas operações, as demais são projetos no âmbito das secretarias das subprefeituras, secretarias de serviços e obras, são representados conforme no gráfico: 200 milhões, 16% do total; 200 milhões para aplicação em mobilidade; 200 milhões, drenagem; 30 milhões em asfalto, e 200 milhões no programa habitacional Casa

da Família. O total de operações pleiteadas é de 1,27 bilhão, sendo que 78% serão captados no mercado interno.

O SR. RICARDO NUNES - Só faltou a Educação. Nós incluímos 150 para Educação, botamos ontem.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Está em análise ainda, não chegou ainda à nossa divisão para fazer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Estamos abertos a questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Já fez a conclusão?

O SR. RICARDO NUNES - Está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Está concluído?

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Não. Aqui apresento a composição da dívida pública do Município, exceto precatórios. A previsão, para o final de 2017, é de 29,3 bilhões, o saldo total da dívida, sendo que, 28,01 bilhões, representam a dívida refinanciada com a União que é o contrato mais oneroso, que foi tanto falado. Os demais contratos representam 1,23 bilhão, 4,2% apenas do total de endividamento.

O SR. RICARDO NUNES – José de Souza, eu não enxerguei ali o total de precatório para o ano que vem, dá quanto?

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Não. Exceto precatório.

O SR. RICARDO NUNES - Está certo, exceto precatório.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - No próximo...

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - O estoque não é gente, nós estamos falando.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Sim. No próximo *slide* apresentamos o estoque da dívida, exceto o precatório, e aqui o conceito de dívida pública municipal, incluídos os valores da dívida com o precatório. No entanto estou demonstrando apenas as dívidas contratuais que

representam 28,46 bilhões, contrato de refinanciamento, 0,11 bilhão, parcelamento de dívida, no âmbito da União, que são os parcelamentos do INSS e Pasep, 0,11% com o BNDES, 0,6 bilhão com a Caixa Econômica Federal.

Seria essa a minha contribuição.

O SR. RICARDO NUNES - Do precatório você vai falar, José de Souza?

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Não. Do precatório...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES - É melhor nem falar do precatório.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Do precatório...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Não falarei, porque precatório é encargos gerais, porém é gerenciado pela Secretaria Municipal de Justiça. Então não cabe a mim.

O SR. RICARDO NUNES - Ah! É a Procuradoria que faz o pagamento?

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Sim, sim.

O SR. JOSÉ DE SOUZA - Apesar de ser encargos gerais pela Secretaria Municipal de Justiça.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Só gostaria, por gentileza, acrescentar duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Secretária Giulia, por favor.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI – Complementando. Eu imagino que as pessoas, nós que somos técnicos dessa área. Por que é importante a gente mostrar e explicitar? Ao contrário do que alguns colegas aqui explicitaram, mas explicitaram,

infelizmente, com números desatualizados. Nós estamos aqui disponíveis até para fornecer os dados que aparentemente estão disponíveis na internet, tanto sobre a evolução das nossas receitas próprias ou abertura por todos os tipos de receitas, nos últimos anos, a participação das receitas, como inclusive, o repasse do Imposto de Renda, como foi mencionado por outra colega.

A gente pode entrar nisso depois, ao final, mas eu não queria perder o tempo agora. Só queria explicitar qual é a importância de mostrar isso agora.

Quando a gente fala em buscar recursos, sejam eles privados, públicos, internos ou externos, no Brasil existe um mecanismo que não é facultado ao Município ir diretamente a um banco, sem a garantia do Governo Federal, e tomar um empréstimo lastreado apenas no seu orçamento ou nas suas operações de crédito.

Isso significa que quando se faz uma operação, sobretudo com uma instituição multilateral, mesmo com bancos comerciais, essa instituição exige uma garantia soberana. Isso implica em o Tesouro Nacional avaliar o risco de crédito do Município, nos fornecer essa garantia com base na nossa capacidade de pagamento e solvência, no nosso cronograma de solvência, em médio prazo e, diante da disponibilidade de caixa do próprio Tesouro. Não é tão simples assim.

Quando a gente diz que foi prometido, pedimos aprovação dessas operações de crédito por meio do PL assinado ontem, o 555, sim nós pedimos a autorização, porque nós já tivemos a sinalização de que tecnicamente está tudo pronto dentro do Tesouro. O problema é que o Tesouro Nacional está com piores restrições fiscais e financeiras do que o Município. Esse dinheiro só não foi liberado, via BID, tanto para a Saúde, como o do BNDES para transportes e outras áreas, em função dessa variável que é crucial que é a garantia da União para esse tipo de empréstimo.

Essa é uma coisa muito importante para ser esclarecida e é por isso que nós temos de nos deter na importância de ter esses números claros.

Cá entre nós, vocês quiserem trazer um comparativo em relação a outros municípios ou estados, ou entes da Federação, de fato, não se encontram nem de longe na nossa situação. Eu diria que não é uma situação confortável, é bastante incerta, mas é muito melhor do que há três anos.

Sem dúvida, nós vamos manter isso, porque disso dependem as decisões que estão sendo tomadas hoje e ao longo dos próximos anos. Por isso essa diversificação de buscar novos parceiros, de conseguir parcerias com financiamentos alongados, a longo prazo, para desonerar o orçamento, para desonerar e sobrar mais dinheiro para a área fim.

É importante passar para vocês essa engenharia. Se vocês quiserem mais informações, nós estamos à disposição, o Tesouro está à disposição. Tudo tem de ser muito explicitado. Quem tiver paciência, tudo isso está disponível nos nossos relatórios. É uma linguagem técnica, nós precisamos realmente aprimorar isso, precisamos falar mais gente como gente.

É que infelizmente existem jargões muito específicos nessa área, quando a gente fala em disponibilidades, em dívida líquida e dívida consolidada, para tudo isso tem por trás um conceito. Vamos fazer um glossário para facilitar, um remissivo. Acho que isso é uma questão de dar transparência como reforçou o Secretário Paulo Uebel e o Secretário Wilson Poit do que a gente vem fazendo.

Agora, nós estamos melhorando. Eu acho que faz parte aparentemente monótona de uma apresentação, ou que aparentemente a gente não diga nada, mas faz parte de mostrar todo um quadro que tem de ser levado e costurado para se fazer uma análise, antes de tecer comentários de eventuais irresponsabilidades, ou eventuais imprudências, ou desqualificações que possam ter sido feitas aqui. Primeira coisa.

Segundo, eu gostaria de apresentar agora, nobre Deputado, para a gente poder finalizar na Fazenda, só deixando claro e mais uma vez ratificando que nós estamos à disposição para discutir de modo qualificado. Não de modo desrespeitoso, nem de modo

parcial. As informações que foram apresentadas por vocês nós podemos até mostrar, mas estão equivocadas nessa leitura, principalmente na evolução das receitas próprias dos últimos anos. Mais do que isso, a participação do Imposto de Renda.

Isso tudo está em todo sistema de informação, o SOF tem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Pirata, calma, Pirata.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Não, mas vocês estão interpretando de maneira errada. O problema é esse. Os dados estão disponíveis.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Então você me traz o dado, a gente discute em cima dele.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Eu quero fazer o debate mais profundo, não estou me recusando.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Vamos aprender orçamento, então?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Isac Félix) – Pirata, só um minutinho.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Eu vou discutir com você, quando você sentar comigo e me mostrar qual é a (Ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) - Ela está falando... Vocês estão falando em debate. Ela está à disposição, na Secretaria,...

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI - Eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) - ... de todos.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Eu não vou fazer um debate com a Cidade. Eu só quero fazer um debate sobre a minha área.

- Falas simultâneas.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Eu não vou fazer debate político.

- Falas simultâneas.

O SR. RICARDO NUNES – Eu queria perguntar para o José Souza...

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Eu vou fazer... Gente, só uma atenção...

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) - Pela ordem. Vamos garantir o seguinte. Olha:...

Vamos garantir a fala da Secretária, a conclusão dela.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Ninguém está sendo arrogante.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Ninguém está sendo arrogante.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Quem foram desrespeitosos foram vocês.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Vocês foram.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Pirata...

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Mas eu não estou sendo desrespeitosa com você.

Eu não fui desrespeitosa com você em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Vamos ouvir. Depois ela vai ficar à disposição, vocês conversam, vocês tiram. Secretária, vamos dar sequência. Conclua, por favor.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Eu vou concluir, mas eu quero ratificar aqui, nós temos testemunhas e está sendo gravado e filmado: em nenhum momento, ninguém aqui da Mesa foi desrespeitoso com vocês.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – E nem desqualificou.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Não estou sendo arrogante. Muito pelo contrário: eu estou propondo...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Conclua.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Eu estou propondo o diálogo, e vocês estão se recusando.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Não é por... Nada disso é pessoal. Nós estamos falando sobre a matéria que vocês questionaram, e eu estou disposta a me aprofundar.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Você não apresentou os dados.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Secretária, conclua para nós podermos passar a palavra.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Vamos continuar? Mas isso tem que ficar claro, porque dá a impressão de que nós estamos furtando ou maquiando ou dando de má fé

informações que têm que ser esclarecidas; estão abertas e têm que ser esclarecidas. Esse é o meu ponto. Obrigada, nobre Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, eu só preciso aproveitar aqui o José de Souza. José de Souza, então, nós temos previsto para pagamento de dívida 2018, no Orçamento, 3 bilhões, não é?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – 3,3 bilhões.

O SR. RICARDO NUNES – 3,3 bilhões.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – 3 bilhões, apenas o contrato de refinanciamento.

O SR. RICARDO NUNES – 3,3 bilhões. Com a aprovação da autorização, pela Câmara, para contrair o empréstimo, você já tem uma previsão de qual seria o valor desembolsado em 18, ou tem carência?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Tem carência.

O SR. RICARDO NUNES – Para 18 até 2021...

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Para 18, juros, se for captado com a dívida externa, e encargos. Mas o valor é irrelevante para 2018. Apenas 1,2 milhão.

O SR. RICARDO NUNES – Dos empréstimos solicitados para aprovação pela Câmara, a gente poderia ter uma ideia de percentual de conclusão? Por que eu estou lhe perguntando isso? Nós não temos isso previsto no Orçamento. Eu vou ter que criar a rubrica. Como tem o Fundo Municipal de Desestatização, nós criamos lá o item 10; então, está previsto lá 1 bilhão de entrada com relação à Desestatização, que vai depender muito do trabalho do Secretário Wilson Poit.

Com relação aos empréstimos, uma vez que votado ontem na Câmara, eu preciso criar essa previsão de receita e também a despesa. Então, é uma inovação. Do 1 bilhão e 250 milhões, está bem encaminhado isso. Eu sei que...

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Só tem duas operações dessas, que estão em análise

ainda. Três delas já foram submetidas à consulta pública, já foram convencidos os vencedores; depende de aprovação e, aí sim, ingresso de recursos ao longo da previsão.

O SR. RICARDO NUNES – Que devem ingressar em 2018...

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Não sei se totalmente em 2018, mas iniciaria em 2018.

O SR. RICARDO NUNES – O plano do Governo é de tomar e ter creditado em 2018...

O SR. JOSÉ DE SOUZA – 2018?

O SR. RICARDO NUNES – É isso? Eu estou te perguntando. O Governo é você.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Eu poderia consultar os universitários. Pode ser?

(Risos) Faz parte da equipe técnica, e eu posso muito bem consulta-los sim.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Eu vou pedir ao público, por favor. Vamos esperar que ele se manifeste; aí, depois vocês falam.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Só para concluir, o ingresso desses recursos em 2018 depende de aprovação na Secretaria do Tesouro Nacional. Caso não seja aprovado, não ingressaria em 2018, ficaria protelado para 2019.

O SR. RICARDO NUNES – Mas já foi submetido?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Já foi submetido.

O SR. RICARDO NUNES – Já tem algum parecer prévio?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Tem a...

O SR. RICARDO NUNES – Só para identificar a probabilidade. Se a probabilidade é zero, não vou criar a rubrica.

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Não, a probabilidade... (Pausa) Sim, a informação é que deu uma travada por motivo que a SPN soltou uma nova metodologia para análise de crédito, e está dependendo de aprovação ainda.

O SR. RICARDO NUNES – O.k. Quando você faz a solicitação do empréstimo,

—
você apresenta um projeto de onde vão ser feitos os investimentos, uma vez que é empréstimo subsidiado. Você poderia me mandar? São quatro itens, né: habitação, saúde, mobilidade...

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Mobilidade, asfalto.

O SR. RICARDO NUNES – E a gente aprovou ontem o da educação. Você poderia me mandar quais são as destinações para eu fazer a rubrica da entrada e da saída? Você pode mandar para nós?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Sim, sim.

O SR. RICARDO NUNES – Até quando você pode mandar?

O SR. JOSÉ DE SOUZA – Hoje ainda.

O SR. RICARDO NUNES – O.k. Obrigado. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Vamos ouvir então o Vereador Toninho Vespoli. Depois, o Secretário Wilson Poit. Depois, o Diretor Presidente da Companhia São Paulo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Eu vou fazer algumas perguntas e considerações. Eu acho que o Secretário Paulo, da Gestão, falou sobre as diretrizes que regem a Secretaria. Uma das coisas é a questão da saúde pública do servidor, e essa saúde está estritamente ligada às suas condições de trabalho. Quanto a isso, eu quero colocar algumas coisas que acho importantes.

Na Educação, tivemos o corte dos módulos. Inclusive, isso fará com que professores que estão trabalhando na zona Leste tenham que trabalhar na zona Sul, e, no trajeto, gastarão mais ou menos 2 horas para ir e 2 horas para voltar. Acho que isso tem um impacto na qualidade da saúde do profissional. Senão, por exemplo, faltam GCMs, e temos recebido bastante reclamações de que eles não estão conseguindo cobrir as escolas. Os professores estão sendo assaltados, quando não acontece coisa pior, e às vezes têm afastamento, por questões psicológicas, por uma semana até a recuperação deles.

Tentei puxar para o nosso gabinete – pois temos direito a dois servidores – um AGPP, e nos foi negado, porque AGPP, no serviço público, você tem que procurar com uma

luta.

Com esses três casos, eu quero me referir ao aporte do Orçamento. O que está aportado para convocação de concursados? Quero saber qual o dinheiro destinado para se chamar os concursados. Não estou falando de um cronograma, mas, no ano, com aporte, daria para chamarmos quantos AGPP, quantos geólogos, quantos bibliotecários? Para entendermos um pouco o que realmente vai se efetivar. Porque, se não tiver isso no Orçamento, isso não será efetivado.

Outra questão. Fico até contente ao ouvir a Administração falar em acabar com o 0,01%, porque nos quatro anos da outra gestão ficávamos brigando muito por conta disso. Acaba se continuando com o 0,01% e eles acabam mudando o plano de cargos e salários para poder compensar esse percentual. Só que, nessa mudança, sempre alguns acabam recebendo uma reposição salarial e outra parte acaba não recebendo nada. Então, sempre tem uma parte que acaba sendo prejudicada nessas mudanças. Eu gostaria de saber, efetivamente, qual o aporte no Orçamento que está destinado para a política salarial, para se acabar com o 0,01%.

Foi falado aqui sobre a questão da reestruturação das Secretarias. Tenho uma divergência. Tenho andado bastante em vários departamentos da Prefeitura e tenho lido também o *Diário Oficial*. Sobre os cortes falados, de funcionários, dos 30% das Secretarias: os funcionários que ganham muito dinheiro e que são os que mais tomam decisões políticas, esses não foram cortados. Os cortados foram os que estão na base da pirâmide e que têm um salário muito pequeno e ajudam, inclusive, nas políticas públicas. Darei um exemplo. Visitei, por exemplo, a praça de atendimento da Secretaria de Direitos Humanos, e quem está fazendo o serviço é uma estagiária de Assistência Social, que está na recepção inclusive em desvio de função. Ela está lá para fazer o atendimento para outra assistente social, e não para ficar na recepção. Eu queria entender um pouco isso. Estamos aqui falando de cortes, mas, quando andamos pela Administração, o que vemos são outras coisas.

Há uma coisa que eu gostaria de deixar claro. Porque vamos falando determinadas

coisas, e quando certas coisas são repetidamente faladas passam a ser verdade. Se as doações estão sendo importantes, se há principalmente transparência nas doações, então a primeira pessoa com quem vocês têm de conversar é o Prefeito. Porque o Prefeito vem fazendo anúncios de doações que não existem, e comprovo isso. Fizemos, no nosso gabinete, um levantamento no *Diário Oficial*, e quando ele diz que a doação foi de 100 milhões, foi de 10 milhões. Então, a primeira pessoa que não está tendo transparência, ou que está mal informado por algum motivo, é o Prefeito. Mais ainda: essa relação do público com o privado, está aí a Lava a Jato para falar o que acontece. A família do Prefeito tem aquele grupo, a Lide. Não sei o que a Lide faz, mas depois que ele ganhou a Prefeitura aqui, várias empresas acabaram se associando à Lide, inclusive a Uber. É engraçado que a Uber começou a prestar serviços para a Prefeitura. Eu conversei com alguns subprefeitos – e não dizer o nome, acho desagradável, pois são da base e não quero que haja retaliação – que têm me falado que o que é gasto em Uber é praticamente o que era gasto nos contratos terceirizados. E eles me colocaram um monte de problemas. Um deles: caiu o barraco às duas horas da manhã, chamou o Prefeito Regional, ele tem que ir para lá, o Uber leva da casa dele, que é num bairro bom, até a área de vulnerabilidade. Mas depois que o Uber vai embora, ele não consegue, às duas horas da manhã, chamar um carro da Uber estando em Parelheiros ou na Fazenda da Juta, porque o carro não vai fazer o atendimento. Então, tem um monte de problemas com esse negócio do público e do privado. Inclusive, protocolei nesta Casa uma CPI para entender isso melhor.

Quanto à questão do Ipem, somos um sistema de repartição. As pessoas contribuem por vários anos. Acho muito ruim a gente simplesmente tirar um extrato e falar assim: “Entra tanto e sai tanto, e nós estamos em prejuízo”. E todos aqueles anos que foram pagos, em que a Prefeitura não pagava ninguém, só recolhia? Se a Prefeitura pegou o dinheiro para colocar em outras coisas ou para outras questões, agora é o funcionalismo que vai pagar o pato? O problema são as nossas terceirizações, porque a nossa base da pirâmide de

pagamento, na hora em que você terceiriza, cada vez menos você está tendo funcionários públicos para alimentar o sistema. Esse gargalo não seria o problema? Não digo que é o único problema, mas vocês não levantam esse problema como um dos fatores que está fazendo termos um déficit. Esse é só um deles.

Para terminar, como matemático, posso pegar um gráfico e justifica-lo de várias formas; mas acho muito ineficiente fazermos toda essa venda da Cidade para arrecadarmos somente 5 bilhões. Foi falado muito em educação e saúde. Vamos ver os países que têm uma qualidade muito boa de saúde e de educação, eles têm uma taxação muito forte sobre a propriedade. Por exemplo, se recebo uma herança, a taxação da propriedade é enorme. No Brasil, é irrelevante, e o próprio Ipea mostra que os ricos, os que têm muita propriedade, aqui pagam muito pouco imposto. Vejam o ITR, imposto federal: muitos aqui pagam mais IPTU do que um grande latifundiário. Então, acho que haveria outros mecanismos para se reforçar o caixa da Prefeitura – por exemplo, por entrada de impostos – do que vender a Cidade, o que vai ajudar uma única vez, com os 5 bilhões, mas no outro ano não haverá mais esses 5 bilhões, porque o pagamento é de uma vez só. Isso não é solução dos nossos problemas, mas um paliativo. Consegue-se 5 bilhões em um ano, e depois não haverá mais.

Temos de pensar em algo que faça entrar dinheiro todo ano, porque todo ano as despesas vão acontecer. Fico pensando se realmente esses 5 bilhões são para ajudar nas políticas públicas, ou são simplesmente uma visão ideológica, para ajudar os empresários, como aconteceu com a Lide. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Tem a palavra o Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Muito obrigado. Tenho três colocações; depois, pelo adiantar da hora, vou pedir licença ao Presidente Isac Felix para me retirar.

Respondendo a pergunta da nossa amiga Claudete, que falou sobre privatização de educação infantil associada à nossa Secretaria, eu posso lhe garantir que desconheço. Não há nenhuma lei que sai da Secretaria de Desestatização ou que passou por esta Casa, ainda mais

com 53 votos. Todas as leis da Secretaria de Desestatização que já foram aprovadas por esta Casa eu já apresentei no *slide*. São públicas, estão no nosso *site*. O maior número de votos que conseguimos, com muito orgulho, foi 42; mas nenhuma de privatização de educação infantil. Eu desconheço.

- Manifestações no recinto.

O SR. WILSON POIT – É só consultar o nosso *site*.

Quanto ao Vereador Jair Tatto, que falou dos 5 bilhões de meta do nosso Programa de Desestatização e Parcerias, é uma meta mínima, mas para 4 anos. Quando ele pergunta “para onde vai o dinheiro?”, foi aprovado aqui. Inclusive, foi discutido junto com ele e demais Vereadores. O destino do dinheiro está colocado em lei, seja para esta gestão ou para as próximas gestões que virão a São Paulo, que não irá para custeio nem irá para pagamento de dívida. Ele está determinado nas áreas essenciais, como já foi dito. Então, isso está claro e é matéria de lei aprovada aqui. Então, o destino do dinheiro, esta Casa ajudou a aprovar, fez sugestões, e é uma lei hoje.

Gostaria de dizer também ao Colega, o Vereador Toninho Vespoli, sobre essa expressão “toda essa venda da Cidade”, isso não existe. Ou “a Cidade está à venda”. Isso, eu posso lhe garantir, eu poderia esclarecer aqui que temos três privatizações, um pacote de concessões e parcerias público privadas. Então, não temos uma venda de toda a Cidade. E nós temos leis que foram aprovadas, até agora nada foi vendido e nada foi feito, até porque nós ainda dependemos de algumas autorizações da Casa, do Tribunal de Contas do Município. Temos respondido ao Ministério Público, como disse a Secretária aqui, com toda a transparência. Toda a aplicação desses recursos, seja no governo do Prefeito João Doria, que trouxe esse projeto, mas essas leis ficam para os próximos prefeitos. Os bens a serem concessionados, o destino dessa verba para as áreas sociais está garantido, por lei, por vários mandatos.

Eu, pessoalmente, sou totalmente contra a sugestão de aumentar impostos e não

fazer a desestatização. Muito pelo contrário, eu acho que a Cidade já paga impostos demais. É hora de o Governo focar naquilo que é essencial. Tudo que não é essencial, que o Governo, no decorrer do tempo começou a fazer, ou nós temos que privatizar ou conceder, e focar no essencial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) - Secretário, eu estava conversando aqui com o Relator: existe um aporte de capital para garantia de PPPs e projetos de infraestrutura, vinte milhões. O que seria isso?

O SR. SECRETÁRIO – Não é da nossa Secretaria. O orçamento da nossa secretaria, total, para 2018, é de 15 milhões de reais que nós estamos pedindo aprovação dos senhores.

O SR. RICARDO NUNES – Está na rubrica da Fazenda, como é PPP. Nós estamos doidos aqui para achar dinheiro, Secretário, de algum lugar para pôr nas prefeituras regionais. Então o Ahmed depois já responde o que são esses vinte milhões.

E a outra questão, já para vocês irem pensando. Presidente, só vou deixar a pergunta, que eles já vão analisando. É a rubrica 7204, Programa de Incentivo Fiscal relacionado à Arena Corinthians, 40 milhões; se a gente puder ter um detalhamento.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, eu vou ter que retirar porque às 14h começa a Comissão de Educação, da qual faço parte.

Eu só queria fazer a última pergunta para o Secretário: o que é essencial? A gente fala que tem que investir em saúde, educação, porque é essencial, mas hoje a saúde está... 70% da verba é para as OSs terceirizadas; em educação infantil está na mesma proporção. Mesmo nas questões principais eles acabam terceirizando.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Vereadora Janaína, por favor.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Muito obrigada, Presidente, por me garantir a palavra. Quero cumprimentar todos os vereadores na sua pessoa, Isac Felix, grande colega de longa

data, Ricardo Nunes, Bispo Atílio e tantos outros que aqui estiveram.

Quero começar falando do projeto de lei do marco legal da primeira infância, que possui 52 vereadores como autores da iniciativa e coautoria de 51. A Vereadora Claudete Alves sabe o quanto é difícil colocar criança no centro da discussão, unir as bandeiras, independente de bandeiras partidárias, todos se unirem em prol de um único objetivo, o que se trata aqui, no caso desse projeto de lei, a criança. Todos nós nos unimos em torno da criança.

E há equívocos trazidos aí em possíveis falas, quando diz que esse projeto de lei visa privatizar a educação. Esse projeto não tem nenhuma expressão que garanta esse termo e qualquer iniciativa que possa gerar qualquer ruído nesse sentido. Mesmo porque minhas bandeiras são muito claras, eu defendo um Estado focado no essencial do cidadão e, quando gente pensa no que é essencial ao cidadão, a gente fala de saúde, educação e segurança pública.

Então, trazendo isso, uma fala inclusive é se defender, é praticamente de um anarquista, e aqui não existe anarquista. A lei é pública, pode ser consultada por qualquer pessoa e pode acessar e verificar que não tem nenhum termo. Muito pelo contrário, eu quero trazer algumas partes do texto da lei em que é possível ir ao encontro de uma visão completamente oposta da trazida pela Claudete.

Como, por exemplo, o Art. 3º, Inciso X. As políticas, os programas, planos, projetos e serviços voltados ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância obedecerão aos seguintes princípios. Inciso X: valorização e formação adequada e permanente dos profissionais que atuam diretamente com a criança, observado o Plano Municipal de Educação. Ou seja, respeitando. A gente sabe, o nosso Secretário Alexandre Schneider deixa claro em todas as suas colocações que o objetivo é preservar a rede direta. Então não há o porquê de qualquer comentário em sentido oposto.

Artigo 5º. Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas de atenção às crianças na primeira infância, a educação infantil. Então a educação infantil está sendo muito

bem colocada e garantida a rede direta.

No entanto essa lei traz inovações, senão não seria uma nova legislação e a gente não garantiria um novo patamar da educação, da saúde, da assistência. Afinal de contas, qual é o principal objetivo desse projeto de lei? Garantir a atenção integral dessa criança, promover seu desenvolvimento cognitivo, socioemocional, a fim de que tenhamos cidadãos que sejam de fato protagonistas de suas vidas; é garantir de fato um novo patamar de cidadania para a nossa cidade e para o nosso país.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Inclusive no Art. 6º a gente coloca mais alguns incisos, as políticas públicas. Artigo 6º. As políticas públicas voltadas à primeira infância, dentre outras metas, deverão contemplar ações multidisciplinares que visem, no setor da educação, a universalização da educação infantil para crianças de quatro e cinco anos; atendimento total na creche; educação integral; a melhora permanente da qualidade de oferta dos serviços de educação; a formação permanente e serviço dos educadores e do pessoal técnico e auxiliar.

Então esse projeto de lei, muito pelo contrário, visa valorizar o profissional de educação. Eu sonho com um país como o Japão, em que o chefe do executivo cumprimenta o educador. Esse projeto de lei vai de encontro totalmente e na contramão do que está sendo colocado. Esse projeto quer valorizar o profissional da educação, é trazer respeito e dignidade aos nossos educadores.

Quando a gente coloca a possibilidade de termos parcerias, trazer outros órgãos, inclusive da administração direta e indireta, com termos de cooperação, é que essa lei traz inovações e nessas inovações nós temos que garantir estrutura adequada para esses profissionais, temos que garantir uma reforma para que essa multidisciplinariedade seja atendida. Então o que a educação, a saúde, a assistência e desenvolvimento social têm aqui como possibilidade? Buscar parceiros para que esse planejamento multidisciplinar, integral... a gente possa ter os parceiros adequados para que a nossa criança tenha como foco ser

atendida e de fato ter condições de se desenvolver emocionalmente, socialmente, cognitivamente, a fim de que a gente possa construir uma sociedade amiga da criança.

Muito obrigada, Presidente, pela possibilidade de a gente esclarecer que o nosso marco legal da primeira infância, aprovado, com coautoria de 51 vereadores, prevê expressamente a valorização de todos os profissionais que trabalham em prol da criança.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Obrigado, Vereadora Janaína.

O SR. RICARDO NUNES – Parabéns, Vereadora, pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Parabéns pelo projeto.

Marcelo Leitão, diretor presidente da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos.

O SR. MARCELO LEITÃO- Boa tarde, Vereadores, Secretários, todos os presentes. Minha apresentação vai ser super-rápida, até porque a empresa é muito simples, é uma empresa pequena, como a gente já vai poder ver aqui.

Qual é a estrutura da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos? É uma empresa, uma sociedade anônima de economia mista, ela é 100% detida pela Prefeitura de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda. Como já falei, é uma sociedade de economia mista, tem, como toda sociedade anônima e principalmente as de economia mista, obrigação de ter um conselho de administração, cinco membros, três membros do conselho fiscal.

E aqui toda a equipe que toca o dia a dia da empresa. São três diretores, eu sou o diretor presidente dessa empresa, e uma equipe técnica de cinco pessoas. A lei de criação é de 2007 e, aqui a parte interessante, o objeto dessa empresa é um objeto interessante. Essa empresa tem como objeto principal a otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, bem como a administração do pagamento da dívida do Município. Quer dizer, é uma empresa que auxilia a Secretaria da Fazenda a encontrar mecanismos e estruturas para ajudar na otimização de ativos financeiros e também na

administração de pagamento de dívidas do Município.

Quando a gente fala de otimização de recursos, existe uma gama de atividades que envolve a otimização de recursos. Uma delas é a criação de estruturas que permitam a gestão de ativos financeiros de uma forma mais eficiente. A gente sabe que dentro da prefeitura existe uma enorme quantidade de ativos financeiros nas diversas secretarias, nos diversos órgãos, e a gente auxilia na busca de estruturas para otimizar essa gestão.

Captação de recursos. Somos uma sociedade anônima, ainda de capital fechado, mas também é uma estrutura que a gente pode utilizar para captar recursos do mercado de capitais, de investidores, e entregá-los para investimentos da Prefeitura.

Securitização de ativos financeiros. Aqui é uma parte da otimização de recursos que traz inovação. Aqui você tem o mercado privado se utilizando de diversas formas de securitização para benefício próprio das empresas. Elas podem acessar o mercado e securitizar ativos. Por que não a Prefeitura e seus órgãos de administração pública direta e indireta?

Criação de estrutura de garantia para operações de financiamento da Prefeitura e também das PPPs; com recursos da nossa empresa que viermos a captar podemos criar instrumentos que possam garantir projetos de PPPs.

E uma última perna, a criação de estrutura também para viabilizar o pagamento de dívidas do Município. Então projetos em desenvolvimento, para ver se a gente consegue efetivamente ajudar no pagamento, principalmente de precatórios.

Quando a gente fala de otimização, a gente está falando de inovação. Inovação não necessariamente significa invenção. Aqui a gente chama de inovação, pela própria definição, uma definição até simples e óbvia de inovação, é inovar. O que a gente chama de inovar? É trazer ideias novas, no nosso caso para a prefeitura, para a administração pública.

Só que uma ideia, uma inovação não acontece da noite para o dia. Existe todo um processo, como em qualquer projeto da iniciativa privada e da iniciativa pública. Você passa

por diversas fases: você tem uma ideia, você vai para a prancheta, desenvolve essa ideia, você pensa no que já foi feito, no que deu certo, no que dá errado, discute com quem está por dentro disso, discute com formadores de opinião, discute com a sociedade. Você vai elaborar o projeto com base em tudo isso e só depois disso você tem o projeto da parte das aprovações, aprovações internas e externas da prefeitura. Aqui você tem Procuradoria do Município, Tribunal de Contas, Ministério Público, leis que passam nesta Casa. Enfim, todo o projeto tem um rito e todas as operações da prefeitura, de financiamento, necessariamente precisam passar por esse rito.

Dois exemplos de projetos que estão em desenvolvimento, estão na prancheta ainda, a gente buscando informações, discutindo, são esses dois projetos: securitização do fluxo de créditos tributários parcelados, que o mercado já entendeu, já existem operações de outros estados, de outras prefeituras que se beneficiaram desse fluxo de créditos tributários que não foram pagos pelo contribuinte e que foram renegociados, de utilizar isso para uma captação. Existe uma expectativa, logicamente dependendo de uma lei que está tramitando no Senado federal, que nos permitirá, em 2018, levar à frente essa operação com potencial captação de 300 milhões de reais.

Assim como também está em desenvolvimento, em discussão, projeto de securitização do fluxo de multas de trânsito, que é uma potencial fonte de recursos para a prefeitura. Nesse caso específico, esses recursos serão obrigatoriamente utilizados naquilo que o Código de Trânsito Brasileiro permite: sinalização, engenharia de tráfego, campo, policiamento, fiscalização e educação no trânsito.

A nossa empresa tem como função fazer uma ponte entre prefeitura e mercado de capitais, com estruturas que permitam a você, utilizando seus ativos, fazendo mais com menos, obter recursos para os financiamentos prioritários da prefeitura.

Em síntese é mais ou menos isso. Fico à disposição para explorar algum...

O SR. RICARDO NUNES – Marcelo, securitização do fluxo de créditos tributários

parcelados, você está falando de...

O SER. MARCELO LEITÃO – PPI.

O SR. RICARDO NUNES – Antecipação de receitas do...

O SR. MARCELO LEITÃO – Do PPI. É exatamente isso.

O SR. RICARDO NUNES – Da dívida ativa não?

O SR. MARCELO LEITÃO – Da dívida ativa inclusive. Tudo aquilo que for renegociado.

O SR. RICARDO NUNES – Então só PPI?

O SR. MARCELO LEITÃO – Só PPI.

O SR. RICARDO NUNES – Multa de trânsito é o que a gente votou ontem, autorizando fazer a securitização?

O SR. MARCELO LEITÃO – Isso.

O SR. RICARDO NUNES – Devem entrar 350 milhões?

O SR. MARCELO LEITÃO – É a nossa expectativa.

O SR. RICARDO NUNES – Agora, do PPI vocês esperam antecipar 300 milhões?

O SR. MARCELO LEITÃO – Trezentos milhões de reais. E aqui a gente aguarda a legislação, enfim. Deve sair provavelmente esse ano, tudo indica que saia esse ano, para operação ano que vem.

O SR. RICARDO NUNES – Entendi.

Aqui houve um aumento com relação à administração de unidade, tinha um orçamento em 2017 de 170 mil reais e agora a proposta é de 500 mil reais para 2018.

O SR. MARCELO LEITÃO – Eu tinha só mais um último *slide* que eu acho que tem um pouco a ver com isso aqui. O próximo *slide* é SP Sec, que é uma segunda empresa, eu também sou diretor presidente dessa empresa que é um dos veículos de securitização que vai ser utilizado especificamente para o crédito tributário parcelado.

Essa empresa era operacional e, por conta de toda essa demora da aprovação do

projeto de lei, a gente transformou essa empresa novamente em pré-operacional. Reduzimos todos os custos da empresa, passamos os funcionários dela - que cinco funcionários eram da SP Sec - para SPDA, para que aquela empresa não tivesse custos enquanto a operação não fosse adiante.

Por isso é difícil comparar 2017 com 2018, porque a gente transformou uma empresa, que tinha gastos esperando uma operação, novamente em pré-operacional, essa equipe.

O SR. RICARDO NUNES - Então aí de 170 vai gastar 500 mil por conta do aumento da equipe?

O SR. MARCELO LEITÃO - Você está falando de que empresa, da SPDA ou da SPSEC? São duas.

O SR. RICARDO NUNES - Da SPDA.

R - Que rubrica é essa que está em SPDA de 500?

P – Administração de Unidade.

R - Administração de unidade...

P – Aqui na SPDA, o item fonte 00, é administração de unidade. Em 2017 estava orçado 170 mil reais, a proposta para 2018 é de 500 mil reais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Não, eu sei. Mas ninguém vai gastar 330 mil e não vai explicar pra Câmara o que é.

O SR. MARCELO LEITÃO – O Orçamento de SPDA de folha, cargos e encargos, são dois milhões de reais, ao longo do ano de 2018. Esse é o custo da empresa, ao longo do ano. A SPSEC praticamente não tem mais porque só paga...

P – O custo de SPDA é de quanto?

R – Dois milhões... São 2,289 milhões.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – (Fora do microfone) - A Prefeitura está

repassando 28... É que o detalhamento pra gente está muito ruim.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Vereador, a gente precisa alinhar porque estamos vendo que está tudo muito agregado, e não há nada desagregado. Não sei por que, talvez seja falha nossa, mas a gente vai alinhar e rever.

Só queria complementar o que o Marcelo estava falando. Às vezes, as pessoas, não sei, deveria ter mais gente interessada, deveriam ter permanecido, pelo menos, até o final da audiência porque esse assunto interessa a todos os munícipes, enfim...

Por que isso foi criado, por que há mecanismos pra viabilizar essas captações? Porque é uma exigência legal. O Dr. Marcelo poderá dar mais detalhes, ele veio do mercado financeiro, quer dizer, há um grau de transparência, de prestação de contas, de supervisão da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central e de investidores que, quando financiam essas operações, elas são amplamente transparentes, divulgadas. Não existe nada que possamos fazer, quando entramos no mercado financeiro, que fique debaixo do tapete. Essa é uma coisa muito boa, mostra sinal de retidão, é um sinal de transparência que a Prefeitura esteja conseguindo acessar esse mercado, que é um mercado que exige - principalmente no caso da lei brasileira - exige muita prestação de contas e muito cruzamento de informação. Nesse ponto, eu diria que estamos muito à frente do mercado americano e do mercado europeu. É importante mostrar isso porque são inovações, inovações pra dar transparência na forma como nós estamos nos financiando. Não é pra criar empresa e não ter função.

O SR. RICARDO NUNES – Ok. Aqui em 2017, no item Pessoal – Encargos e Salários, de 1,627 milhão foram para 2, 289 milhões.

O SR. MARCELO LEITÃO – Isso.

O SR. RICARDO NUNES - Se você puder falar o porquê desse acréscimo tão grande, está dando 33% de aumento de custo.

O SR. MARCELO LEITÃO – É, porque na verdade parte dos funcionários, só os diretores estavam EM SPDA e cinco funcionários estavam em SPSEC. São os mesmos oito, só

que agora todos estão dentro de SPDA. Talvez isso tenha dado distorção no relatório, mas em 2017 SPDA tinha três diretores e SPSEC cinco funcionários. Como a gente trouxe SPSEC pra ser não operacional, pra parar de ter custo, jogamos os funcionários em SPDA. Desvirtua então a comparação 2017/2018.

- Pausa.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Inclusive é importante o Marcelo mencionar que os conselheiros de SPSEC não são remunerados.

O SR. MARCELO LEITÃO - É, era a sequência dos *slides*.

O SR. RICARDO NUNES – O conselho tem reunião uma vez por mês?

R – Uma vez por mês. E aí todo mundo que trabalha para SPDA trabalha para SPSEC também, só que somente com remuneração em SPDA.

P – OK. SPDA fica localizada aonde?

R – Fica no prédio da Prefeitura.

P – No prédio mesmo, no décimo segundo. Pra mim, Presidente, está tranquilo.

R – Ok?

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – O horário está avançado, mas nós vamos respeitar as inscrições para dar continuidade e depois passaremos a palavra, ao final, ao relator, mais uma vez.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, só uma coisinha da SPSEC, uma correção.

Era 1,366 milhão; para 2018, são 1,194 milhão. Como esses funcionários foram para SPDA, então...

O SR. MARCELO LEITÃO – É basicamente somar SPDA e SPSEC de 2017 e somar SPDA e SPSEC de 2018, a diferença vai dar – se bobear – menos do que a inflação ou com inflação.

P – A SPSEC foi incorporada tecnicamente...

R – Não, não.

P – Não tecnicamente, mas o custo foi incorporado à SPDA?

R – Isso. Eram duas empresas: SPSEC, que hoje só tem custo de empresa de contabilidade, que faz o serviço; e os funcionários que foram para SPDA.

P – Então esses valores que estão previstos em SPSEC não ocorrerão em 2018?

R - Somente se tiver operação. Se tiver operação, embora todos os funcionários continuem sendo da SPDA trabalhando para SPSEC, haverá outros custos que não esses. Mas encargos e salários não haverá em SPSEC.

P – Então os 565 mil reais...

R – São milhões, aí é que está, são milhões, 565 milhões.

P – O Jair levou os meus óculos... (Risos)

R – Aí é poupança de captação e todos os recursos do PPI, enfim. Por isso eu não entendi os seus 500 mil reais, são 565 milhões.

P – Então a parte Pessoal – Encargos Sociais, esse 1,194 milhões, esse sai? E estou falando da SPSEC.

R – Isso, provavelmente a gente pode ter contratação de uma pessoa, mas não vai dar isso aí não.

P – Então, beleza. Você quer que mande pra onde esse dinheiro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Para o Hospital do Campo Limpo. (Pausa) Pra campanhas do Verde, vamos limpar os nossos parques.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – De nada. Vamos dar sequência.

Tem a palavra Cléber, do Sindesp, presente? (Pausa) Já foi. Tem a palavra Valdemar Bombini (Pausa). Já foi também. João de Amaro. (Pausa) Já foi também.

A palavra continua com o relator.

O SR. RICARDO NUNES – Queria levar pra Fazenda algumas dúvidas rápidas.

Secretaria Municipal da Fazenda, item 6839. (Pausa)

Perdão, vou começar pela própria Secretaria. Foi criado na 1383 - é novo, não havia antes - o PNAT: 34,511 milhões. Uma explicação rápida do que é pra gente deixar consignado. Um recurso alto e novo, é importante explicar. No 6839, que também é novo, são: 13,6 milhões – “Encargos para Manutenção de Fundo de Depósito Judiciais nos quais o Município não é parte”. Também é novo. E havia uma dotação específica com relação à Manutenção de Fundos de Depósitos Judiciais, era 80 milhões e foi para 88 milhões. Então por que teve de criar os 13 milhões? Se puder dar uma explicação da parte de securitização, que estava em 35, foi para 28. (Pausa) Aqui pode pular.

Enfim, no 7204 - Programa de Incentivo Fiscal relacionados à Arena Corinthians, 40 milhões de reais, é por conta do CID, isso é importante. E o 7205 – Aporte de Capital para garantia de PPPs e projetos de infraestrutura no valor de 20 milhões de reais.

São essas as perguntas.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Bom, com relação ao PMAT e ao PNAFM, na verdade, já existiam, são contratos vigentes. São dois programas importantes de apoio ao poder público. Um deles é para a modernização da gestão administrativa e fiscal. Tem contratos importantes como, por exemplo, de modernização do sistema da dívida ativa, aerofotogrametria relacionados, o mapa digital da Cidade e outros. Então são itens, contratos que já existiam, estão vigentes cujo aporte da Secretaria da Fazenda ou da Prefeitura, como um todo, é mínimo. E a transferência que vem de outra fonte, da fonte 01, nos traz bastante celeridade pra dar continuidade a projetos importantes.

Com relação ao CID – Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento, é fruto de lei de incentivo fiscal pra construção da Arena de Itaquera. Nós tivemos execução de aproximadamente 40 milhões esse ano, e existe uma aceleração, fruições desses títulos em função até do cenário econômico das empresas, os grupos que detém esses títulos estão buscando a fruição dos mesmos, e honrar esse compromisso é importante, traz maior credibilidade à Prefeitura. Por isso a sua manutenção para 2018.

Com relação ao aporte, Vereador, para as PPPs, eu já solicitei a abertura, fica consignado de eu passar essa abertura e quais as PPPS que serão contempladas com aporte de capital para o ano de 2018.

Mais uma questão, será ele que vai responder.

O SR. MARCOS TAKAO - Quanto aos depósitos judiciais, houve uma nova lei que possibilitou ao ente federativo do Município retirar uma parte, um percentual do fundo e foi incorporado esse acréscimo de valores, de 88. O nobre Vereador perguntou...

O SR. RICARDO NUNES – Sim, criou-se essa rubrica de encargos pela manutenção de fundo de depósitos judiciais nos quais o Município não é parte: são 13,6 milhões. Então há uma lei que permite utilizar, você está falando da lei complementar?

O SR. MARCOS TAKAO - (Longe do microfone) - É, retirar um percentual dos valores que o Município utilizar nesse fundo de depósitos judiciais.

P - Mas aqui está como despesa na 00.

R – É, na verdade, houve essa possibilidade de o Município poder tirar, em contingência, pode ser...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – – Não existe ainda entendimento formal, estamos numa disputa porque alguns tribunais interpretam de um jeito e o Tribunal de São Paulo interpretou contra. Outros tribunais endossaram o entendimento, e outros municípios também compactuam com a nossa interpretação. Estamos pendentes de uma decisão. De qualquer maneira está lançada como contingência, é uma provisão, não é uma despesa certa.

O SR. RICARDO NUNES – Não é certa... Muda pra um real pra eu já poder remanejar essa parte dos 13 milhões.

Só queria que falasse o seu nome por causa das notas taquigráficas. (Pausa)
Marcos Takao, e você faz o quê?

O SR. MARCOS TAKAO – Sou auditor fiscal da Divisão de Captação de Recursos da Fazenda.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Marcos. É por causa das notas taquigráficas, pra identificar.

Presidente, só preciso entender esse negócio do CID. A informação que a assessoria me traz é que tem interesse do mercado por conta do CID – e já foi colocado várias vezes. Isso aqui a gente podia trabalhar, Ahmed. Queria pedir pra Fazenda pra eu poder remanejar, porque senão vão virar o ano sem destinação específica, com bastante dinheiro em caixa e sem destinação. Aí você vai poder complementar uma vez quando houver efetivamente a fruição. E a gente teria um valor aqui pra poder tentar trabalhar o Orçamento nas demandas que partem das audiências públicas. Tudo bem?

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Sem dúvida, sem dúvida. Só dizendo que não vamos fechar o caixa – eu que estou aqui não estou sabendo...

Existem muitas secretarias que pela sazonalidade - e todos conhecem melhor do que eu - acabam deixando tudo para última hora principalmente os convênios, por causa de uma série de procedimentos burocráticos, existe capilaridade muito grande, todo mundo mora longe, é tudo muito difícil. Então esse dinheiro também está sendo, vamos dizer, estamos sendo conservadores ao máximo pra gente conseguir pagar os fornecedores, e não dar calote em ninguém, isso é importante, pra ninguém deixar de ter os serviços básicos, e vai ser possível, serviços que já estão prometidos e sendo implementados ao longo desse ano, inclusive os emergenciais: das febres, dos surtos, as vacinas já chegaram. Tudo isso tem de ser pago.

Então esse dinheiro que a gente imagina esteja em caixa, já está praticamente comprometido com muitos estouros, gente!

O SR. RICARDO NUNES – Aproveitando, Dr. Giulia, a senhora podia nos falar quanto fechou o PPI ontem? Já tem essa informação?

R – Ainda não, ainda é muito cedo.

P – Estou ansioso... E o Isac então!

R - Não, nem o Pedro tem. Na verdade, agora a gente tem de fazer o encontro de contas que virão do sistema. E a gente tem de ver a apropriação exatamente do valor e o impacto em caixa. Não dá! Hoje ainda é cedo, mas vocês vão saber o quanto antes, aliás, toda a população.

O SR. RICARDO NUNES - Então durante este ano, ano passado, não houve emissão de CID com relação à Arena Corinthians? É isso o que temos de informação. Foi colocado no mercado e não houve interesse, está previsto 40 milhões, tira, deixa na rubrica um real e ficamos com 40 milhões para poder trabalhar as demandas.

Presidente, podia agora aproveitar o Ahmed e a Dra. Giulia para nos falarem um pouquinho com relação ao tema mais falado aqui, é referente à questão do chamamento dos concursos. Ou podemos discutir posteriormente, uma vez que já foi concluída a audiência pública da Secretaria de Gestão.

Outra coisa, e não sei se ainda pertence à Gestão. Há uma alteração muito grande com relação à questão do curso de informatização, mas posso ver depois com o Secretário.

Enfim, como foi a maioria das demandas, seria falar foi em relação ao funcionalismo público, há alguma posição pra gente deixar consignada, registrada?

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Tem uma posição de Governo que eu posso adiantar, não adianta nada, mas é uma forma de dar retorno.

A questão das agendas dos concursos, por se tratarem de despesas de caráter continuado e dada a situação de defasagem salarial e de ausência de benefícios, de estímulos, o que nós enxergamos como não fazendo parte de uma política de Governo, está sendo redesenhado um novo sistema, um novo cronograma de chamamento e das carreiras para os novos concursos.

Então não é que o Governo não está se preocupando, não está nem aí, não. O

Governo está vendo o que é que é prioridade agora, de como podemos reter os grandes talentos e as pessoas que a gente precisa valorizar agora, é como valorizar o funcionário atualmente e quais são os instrumentos. E isso leva tempo e tem custo.

Então antes da gente ver todo mundo, ver todas as carreiras, ver qual o impacto disso em termos de caráter continuado, de uma maneira fiscalmente responsável, nós vamos desenhar esse plano. De certa forma, sim, depende do trabalho que tem de ser feito junto ao Iprem, que não pode ficar de fora. Esse impacto, o cenário, tudo isso, de certa forma, o que estamos adiantando agora é que enquanto não tivermos – isso tem de ficar claro, não seremos irresponsáveis - jamais será feito nada sem conversar com o Iprem, principalmente combinar porque o impacto depois é do Iprem. Temos de falar aqui em nome de uma política de Governo e política de Governo a gente faz com parceria.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, queria propor, se me permitir, que a Dra. Giulia pudesse marcar com a pessoa, não sei se com o Ahmed, com o Corpo de Bombeiros porque esse assunto ficou bastante sem sintonia. Recebi mais de dez pedidos de mais de dez Vereadores pra falar desse assunto. Então deve ser algo...

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Nós estamos à disposição.

O SR. RICARDO NUNES – Ainda não tive tempo de me debruçar, mas se dez Vereadores falaram de um tema é porque deve ser algo bastante complexo.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Nós já deixamos claro, o Dr. Ahmed está à disposição, vamos fazer o que precisar para acertar, o que precisar esclarecer e melhorar no que precisar.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Vereador, só uma última observação retórica em relação ao CID. Não houve execução se o senhor comparar com a dotação que está na Fazenda porque está sendo executado atualmente na Secretaria do Trabalho. Nós trouxemos pra Fazenda pra dar mais celeridade. Eu até falei com a tua assessoria, nós temos

a relação de todos os CIDs que foram liquidados este ano, chegando a um montante de 40 milhões. No primeiro semestre, realmente, de fato, houve uma morosidade no pedido, mas temos a relação de todos eles: consórcios, empresas. Tanto é que a junta orçamentária financeira aprovou um limite de liquidação ao longo de 2017. Por isso colocamos 40 milhões em 2018, e trazendo essa responsabilidade de liquidação pra Secretaria da Fazenda. É só a título de benefício da tua decisão.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, eu acho que talvez o Dr. Euclides, que é do Iprem, tenha alguma coisa a dizer, antes do encerramento.

De antemão, queria – antes do encerramento – agradecer muito a Dra. Giulia e ao Dr. Ahmed, que participaram de todas as audiências públicas, e nós ainda pediremos ajuda.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Participaremos de todas, até o final.

O SR. EUCLIDES ESTEVES – Boa tarde a todos. Sou Chefe de Gabinete do Iprem. O tema do Iprem foi levantado, e sabemos da preocupação com o sistema previdenciário.

O Dr. Fernando, quando da sua apresentação, citou informações. Apenas para consolidar uma informação, houve um questionamento por parte do Vereador Toninho Vespoli sobre a quantidade de aposentadorias.

Apenas um dado: o valor médio das aposentadorias do Município de São Paulo: 6.253,22 reais; e valor médio de pensão: 2.428,02 reais. Em 2015, o valor fechado sobre a quantidade de aposentadorias concedidas: 72.736 aposentados nós temos no Município de São Paulo; e o número de pensões: 19.483. Esse é um número posicionado ao final de 2015 que foi utilizado na base para à questão atuarial.

Outra questão é sobre a possibilidade do equacionamento. Apenas quero dizer o seguinte: a Portaria nº 403/2008 do Ministério da Previdência, que hoje é Ministério da Fazenda, apresenta três possibilidades: segmentação de massa, um aporte ou alteração da

alíquota, da contribuição. Tudo isso está em estudo.

Quero destacar que este foi o primeiro ano em que o tema Previdência fez parte da mesa do SINP – Sistema de Negociação Permanente. Antes o Iprem não participava, não foi chamado, o tema Previdência não foi abordado. E nesse período então de dez meses, foi possível sensibilizar a Fazenda e a Gestão quanto à importância da Previdência, do impacto dos novos concursos em relação ao déficit, em relação à questão dos reajustes e o Iprem. Isso eu quero destacar.

Também quero dizer o seguinte: além da participação no SINP, é importante a continuidade da atual equipe do Iprem, que está relacionada à diretoria da Secretaria de Gestão, salientando que a política da Previdência não é política de Governo, é política de Estado. Permaneceram as equipes justamente com o intuito técnico. Há estudo, há projetos, inclusive a Secretaria de Gestão avaliou os projetos e, por isso, é importante à finalização dos projetos pra que possamos apresentar alternativas para os equacionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Estamos chegando ao final. Rapidamente, o Wagner, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão, vai dar resposta ao nosso relator.

O SR. WAGNER LENHART – Boa tarde a todos. Na verdade, de maneira bem breve, em virtude do adiantado da hora, gostaria de reforçar as palavras da Secretária Adjunta Giulia, a respeito das nomeações.

Antes de qualquer fechamento, estão sendo feitos estudos – como a Secretária comentou. Antes de qualquer fechamento nesse sentido, antes de apresentar números pra esta Comissão, pra população da Cidade, é importante considerar a questão previdenciária, é importante considerar a disponibilidade orçamentária. É nisso que estamos trabalhando para buscarmos definição e apresentar o quanto antes à sociedade um cronograma de nomeações, especialmente naquelas áreas que são as mais essenciais, prioritárias pra população.

O SR. RICARDO NUNES – Wagner, Secretaria de Gestão, só quero fazer um adendo, sei que estão trabalhando, mas AGPP está faltando. As pessoas que trabalham nas

Prefeituras Regionais, nas coordenadorias de Saúde, Educação...

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – AGPP é a porta de entrada de qualquer órgão público, tem de ser revista, está faltando.

O SR. RICARDO NUNES – Falta tudo, mas AGPP...

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Precisam também valorizar.

O SR. RICARDO NUNES – Sim, valorizar.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Próxima audiência pública, 9ª audiência, 5ª temática, dia 6 de novembro, segunda-feira, neste Salão Nobre. Será sobre Educação; Esporte e Lazer. No mesmo dia, na sequência, 10ª audiência pública e 6ª temática: Secretaria Municipal de Serviços e Obras; SP Urbanismo; Fundo Municipal de Iluminação Pública; Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais; e Fundo de Defesa do Consumidor.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – O Fundo de Defesa do Consumidor agora pertence à Secretaria de Negócios Jurídicos. Gostaríamos de perguntar se é oportuno ou deixar para... É que ficou fora.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Ficou fora.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – Na verdade, basicamente trabalha com a Procuradoria e com a Secretaria de Justiça. Mais do que isso, é um fundo...

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Como a senhora está aqui todos os dias, a senhora representa.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PITTOMATTI – *No problem.* É que são receitas vinculadas especificamente ao processo judicial de defesa do consumidor.

Digo então, vamos contatar alguém da área jurídica, o responsável... Tudo bem, trazemos, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Isac Felix) – Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a audiência pública.

Agradeço a todos os presentes, funcionários da Casa, nosso relator e os Secretários que colaboraram conosco.

Boa tarde a todos.
